



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KAMYLLA MACÊDO MONTELO

**A importância do território MATOPIBA com relação as exportações de soja na
parceria comercial entre Brasil e China (2012-2022)**

Porto Nacional, TO

2023

Kamylla Macêdo Montelo

**A importância do território MATOPIBA com relação as exportações de soja na
parceria comercial entre Brasil e China (2012-2022)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Profa. Dra. Fabiana Scoleso

Porto Nacional, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M776i Montelo, Kamylla Macêdo.
A importância do território MATOPIBA com relação as exportações
de soja na parceria comercial entre Brasil e China (2012-2022). /
Kamylla Macêdo Montelo. – Porto Nacional, TO, 2024.
81 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações
Internacionais, 2024.

Orientadora : Fabiana Scoleso

1. MATOPIBA. 2. SOJA. 3. EXPORTAÇÕES. 4. BRASIL, CHINA. I.
Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Kamylla Macêdo Montelo

A importância do território MATOPIBA com relação as exportações de soja na parceria comercial entre Brasil e China (2012-2022)

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais, foi avaliado para a obtenção do título de bacharel e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06 / 12 / 23

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fabiana Scoleso, UFT.

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo, UFT.

Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito, UFT.

Dedico esse trabalho à minha família pelo apoio, esforço e dedicação para realização do meu sonho. Sem vocês eu nada seria!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus primeiramente, sem ele na minha vida eu não conseguiria. Seguidamente, à todos aqueles que me apoiam e torcem pelo meu sucesso e felicidade. Em especial, sou grata pelos meus pais, Hoilton e Fabiane e minha irmã Geovanna. Obrigada por sempre estarem presentes, pelo amor e carinho, pelo suor e esforço para eu conseguir finalizar o curso, e por sonharem junto comigo.

Agradeço de coração às minhas tias e primas, especialmente Helena e Niula, e as minhas duas avós, Francisca e Maria, que me incentivaram e não me deixaram desistir mesmo em meio às dificuldades.

Agradeço aos meus amigos, Devison pelas caronas quando eu não tinha dinheiro para pagar moto táxi para ir à faculdade, aos meus amigos da minha cidade natal que nunca se distanciaram de mim e sempre me apoiaram apesar da distância, e principalmente minha amiga Wellen, por estar sempre do meu lado, pelos conselhos e por me colocar pra cima em dias ruins. A felicidade de todos vocês também é a minha!

Sou muito grata pelo meu namorado e melhor amigo Fáuzi, que me encorajou quando eu achava que eu não conseguiria, me abraçou com todo amor do mundo, me deu todo suporte para escrever, inclusive por ele e Aldennio sempre terem disponibilizado seu escritório para mim estudar. Obrigada meninos!

Por fim, agradeço à minha querida orientadora, Fabiana Scoleso, que com bastante paciência e empenho me auxiliou no desenvolvimento deste trabalho, tornando toda a pressão muito mais leve. Muito obrigada!

RESUMO

O principal objetivo deste estudo é analisar o aumento das exportações de soja durante o período de 2012 a 2022, com ênfase no MATOPIBA. Para alcançar esse propósito, a pesquisa se propôs a investigar as políticas públicas, investimentos em infraestrutura e tecnologia, análise das exportações, bem como as relações comerciais entre Brasil e China que impulsionaram esse crescimento. A metodologia empregada neste estudo baseou-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa de natureza básica, na qual foi aplicado um método indutivo e exploratório para a análise dos dados e informações coletadas. Os resultados revelaram a expansão significativa da área de cultivo de soja no MATOPIBA, influenciada pela localização estratégica, clima favorável e investimentos em infraestrutura, contribuindo diretamente para o aumento das exportações de soja para a China. Como resultado, fica claro que o MATOPIBA desempenhou um papel crucial no suprimento das crescentes demandas chinesas por soja e fortaleceu a parceria comercial entre os dois países. Essas conclusões indicam a importância de políticas públicas e investimentos para sustentar esse crescimento.

Palavras-chaves: MATOPIBA. Soja. Exportações. Brasil. China.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the increase in soybean exports between 2012 and 2022, with an emphasis on MATOPIBA. To achieve this, the research set out to investigate the public policies, investments in infrastructure and technology, export analysis, as well as trade relations between Brazil and China that have driven this growth. The methodology employed in this study was based on a qualitative-quantitative research approach of a basic nature, in which an inductive and exploratory method was applied to analyze the data and information collected. The results revealed a significant expansion of the soybean cultivation area in MATOPIBA, influenced by its strategic location, favorable climate and investments in infrastructure, directly contributing to the increase in soybean exports to China. As a result, it is clear that MATOPIBA has played a crucial role in supplying China's growing demands for soybeans and has strengthened the commercial partnership between the two countries. These conclusions indicate the importance of public policies and investments to sustain this growth.

Keywords: MATOPIBA. Soy. Exports. Brazil. China.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1. Mapa do MATOPIBA.....	40
Figura 2. Mapa dos Biomas que compõem o MATOPIBA.....	41
Figura 3. Classificação dos solos no MATOPIBA.....	42
Figura 4. Avanço da monocultura de soja no MATOPIBA – 1975/2015	46
Figura 5. Passagem da Ferrovia Norte-Sul no MATOPIBA.....	51

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Exportações, Importações, Corrente e Saldos Mensais – US\$ FOB Milhões.....	22
Gráfico 1. Principais produtos exportados do Brasil (2014-2022).....	26
Gráfico 2. Principais Países exportadores de soja no mundo (2016-2018).....	28
Gráfico 3. Brasil, Exportações de soja (2021-2022)	31
Gráfico 4. Exportações brasileiras de soja para a China (2012-2022)	32
Gráfico 5. Dados de Produção de Soja em grãos (2013-2018).....	47
Gráfico 6. Série Histórica: Balança Comercial Brasileira com a China (2000-2010) em milhares de \$.....	61
Gráfico 7. Número de acordos entre Brasil e China por ano e por governo	64
Gráfico 8. Produção de soja e exportações para a China nos estados do MATOPIBA em 2020	67
Gráfico 9. Exportações de soja da regional MATOPIBA brasileira para a China (2012-2022).....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC+	Programa de Agricultura de Baixo Carbono
ABCD NOW	ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, Noble, Olan e Wilmar
CGG	Chongqing Grain Group
COFCO	China Oil and Foodstuffs Corporation
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FICO	Ferrovia Integração Centro-Oeste
FIOL	Ferrovia Oeste-Leste
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Região composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
OMC	Organização Mundial do Comércio
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA RELACIONADA AO SETOR AGRÍCOLA.....	16
2.1	EMBASAMENTO TEÓRICO.....	23
2.2	AGENDA AGROEXPORTADORA BRASILEIRA – A IMPORTÂNCIA DA COMMODITY SOJA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	26
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS QUE IMPULSIONAM O AGRONEGÓCIO NO PAÍS	34
3	A REGIONAL BRASILEIRA MATOPIBA	40
3.1	FATORES DETERMINANTES: O SURGIMENTO DA REGIONAL E A EXPANSÃO DA AGRICULTURA.....	43
3.2	O PAPEL DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MATOPIBA	49
3.3	MATOPIBA: UM TERRITÓRIO MOLDADO PELO CAPITAL?	54
4	COOPERAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-CHINA: AVANÇO E PERSPECTIVAS.....	56
4.1	A CONSTRUÇÃO DA AGENDA BRASIL-CHINA SOB OS GOVERNOS DE LULA E DILMA	56
4.2	A SOJA DO MATOPIBA: UM FATOR DE PESO NAS RELAÇÕES BRASIL- CHINA.....	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

O MATOPIBA é uma fronteira agrícola regional brasileira, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa região tem contribuído consideravelmente para o cenário agrícola e econômico brasileiro nas últimas décadas. Esse desenvolvimento decorre não apenas de sua localização estratégica no centro do Brasil, clima favorável e solos férteis para o plantio, mas também por ser um território com grande potencial agrícola para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹, nos últimos dez anos a produção de grãos no Matopiba aumentou 92%, passando de 18 milhões de toneladas (safra 2013/14), para as atuais 35 milhões de toneladas. (Ministério da Agricultura e Pecuária, Governo Federal do Brasil, 2023). Esta região experimentou uma notável transformação, passando de uma fronteira agrícola pouco explorada, para uma das principais produtoras de commodities agrícolas do Brasil. Esses dados mostram um aumento expressivo devido à alta produtividade dessa regional, principalmente quanto a produção de soja, sendo o grão de maior destaque tanto no plantio, quanto em exportação.

No que diz respeito a soja, essa commodity tornou-se bastante procurada nas relações comerciais internacionais. O Brasil é oficialmente um dos maiores produtores e exportadores mundiais desse grão, e a China, a maior importadora de soja brasileira. (United States Department of Agriculture, 2023). Essa relação comercial tem profundas implicações para a economia brasileira, assim como para a produção agrícola do MATOPIBA.

O período de 2012 a 2022 é especialmente interessante para análise, pois testemunhou mudanças significativas nas exportações de soja da região do

¹ Para acessar os dados disponíveis no site do Governo Federal, acesse: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-aponta-incremento-de-37-na-producao-de-graos-no-matopiba-em-dez-anos#:~:text=PROJE%C3%87%C3%95ES%20DO%20AGRONEG%C3%93CIO-,Estudo%20aponta%20incremento%20de%2037%25%20na%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de,no%20Matopiba%20em%20dez%20anos&text=A%20regi%C3%A3o%20formada%20pelo%20Norte,din%C3%A2mica%20diferenciada%20de%20crescimento%20agr%C3%ADcola.>

MATOPIBA, especialmente para a China que é a principal parceira comercial brasileira desde 2009. É nítido que a demanda chinesa por soja aumentou consideravelmente ao longo desses anos, ao mesmo tempo em que o território MATOPIBA experimentou um rápido crescimento em sua produção, gerando impactos significativos na sua economia e infraestrutura.

A questão central que norteará este estudo é a seguinte: De que forma o território MATOPIBA contribuiu para o crescimento das exportações de soja do Brasil para a China entre 2012 e 2022? A hipótese implicada por esta questão é: A expansão da área de cultivo, aliada a demanda chinesa por soja e a forte parceria entre os dois países contribuiu para o crescimento das exportações de soja do Brasil para a China no período de 2012 a 2022.

Uma motivação adicional para esse estudo, se deve ao fato da autora deste trabalho desde que nasceu morar em um estado que compõe o MATOPIBA, o Tocantins. Conviver constantemente com o “agro” na sua porta, trabalhar em uma empresa multinacional que atende a soja de todo o território do MATOPIBA e exporta esse produto, a fez despertar sua curiosidade e trazer esse tema para sua área de estudo, que são as relações internacionais. Dessa forma, o presente trabalho busca uma abordagem mais aprofundada sobre a influência desse território para essa crucial relação entre os dois países e suas implicações globais.

Portanto, essa pesquisa busca entender e analisar de forma abrangente o papel do MATOPIBA no aumento das exportações de soja do Brasil para a China, durante o período em questão. De forma específica, será examinado quais as políticas públicas e acordos comerciais que influenciaram as exportações desse produto com destino ao Estado chinês, com ênfase nas implicações para o território MATOPIBA. Desse modo, pretende-se investigar os fatores que impulsionaram esse crescimento, buscando fornecer uma compreensão mais profunda de como esse território brasileiro se encaixa no cenário global da produção e comércio dessa commodity, e qual seu impacto nas relações bilaterais entre os dois países mencionados.

A metodologia empregada neste estudo foi de natureza básica, utilizando abordagem quali-quantitativa. Além disso, o tipo da pesquisa adotou um caráter exploratório, com o intuito de investigar os detalhes, permitindo uma compreensão mais ampla dessa pesquisa. Para atingir os objetivos, foi utilizado uma pesquisa

bibliográfica extensa, consultando uma variedade de fontes acadêmicas e literárias, incluindo artigos científicos, monografias, teses, dissertações, livros, revistas e jornais. Utilizou-se os seguintes mecanismos de busca: Google Acadêmico, Scielo, Teses USP, Academia Edu, Funag, COMEXSTAT, COMEXVIS, sites do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Para direcionar essa pesquisa, empregou-se palavras-chave específicas, como: "MATOPIBA," "Agenda Agroexportadora brasileira," "Exportações de soja no Brasil," "Parceria entre China e Brasil," e "A influência chinesa no MATOPIBA." Dessa forma, foi possível classificar a busca e encontrar informações relevantes para essa análise. Além disso, para elaborar os gráficos que foram utilizados no estudo, buscou-se dados de arquivos eletrônicos incluindo: COMEXSTAT, COMEXVIS, o site do Governo Federal, MAPA e MRE. A coleta de dados e a pesquisa em si, foram realizadas ao longo dos meses de junho a novembro de 2023, garantindo o acesso a informações atualizadas e relevantes para tal investigação.

Em relação à estrutura dos capítulos, o Capítulo 2 analisa a política externa brasileira no setor agrícola de 2012 a 2022, abrangendo diferentes governos, tal como, explora as teorias de política externa, e detalha as políticas públicas que fortaleceram o agronegócio no Brasil.

Em continuidade, o Capítulo 3 concentra-se no território MATOPIBA e sua importância na produção agrícola, com ênfase na soja, assim como apresenta aspectos geográficos, climáticos e socioeconômicos favoráveis à agricultura, bem como as tecnologias avançadas que impulsionaram a produção de soja na região.

Por fim, o Capítulo 4 aborda a dinâmica das exportações de soja entre o Brasil e a China, analisa a Agenda Brasil-China e seu impacto nas transações comerciais e avalia a importância estratégica da parceria para ambos os países, incluindo o papel do MATOPIBA nessa relação, tal como, suas implicações para a economia global e nacional.

2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA RELACIONADA AO SETOR AGRÍCOLA

Tendo em vista que esse trabalho irá analisar dados mais recentes à respeito da política externa brasileira, ressalta-se que o objetivo será juntamente buscar entender o Estado brasileiro nesse período, o estudo não apenas contribuirá para uma compreensão mais profunda do papel do Brasil no cenário global contemporâneo, mas também lançará luz sobre as dinâmicas complexas que orientam as relações internacionais em um mundo cada vez mais interconectado e em constante evolução.

Inicialmente, Nye (2004)² define um país “soft power” como aquele que tem a capacidade de influenciar os outros por meio da atração e persuasão, em oposição à coação ou pressão, utilizando-se da sua cultura, diplomacia, política externa e outros meios não coercitivos. Visto isso, o Brasil atualmente é entendido como um “soft power”, pois possui atração global por ser um Estado que tem uma economia considerável, recursos naturais significativos e um papel nas negociações comerciais e geopolíticas globais sem ter a necessidade de uso da força militar ou econômica para se destacar.

Dessa forma, é importante mencionar a relevante parceria brasileira em seus principais produtos da agenda exportadora, a China. De acordo com Júnior (2020), a partir de 2009 a China passou a ser o principal destino das exportações brasileiras, ultrapassando os EUA que foi o seu principal parceiro desde 1930. Dez anos depois em 2019 a China importou 28% dos produtos brasileiros duplicando a quantidade que antes o Brasil exportava para os EUA que contabilizava 12,5%. (JUNIOR, 2020, p. 241). Esses dados demonstram claramente a mudança nos padrões de comércio do Brasil ao longo do tempo, com a China emergindo como um parceiro comercial cada vez mais crucial. Essa mudança pode ter várias implicações para a política externa brasileira, influenciando decisões econômicas e estratégicas à medida que o Brasil navega em um cenário internacional em constante evolução.

² NYE, Joseph. Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York: PublicAffairs, 2004.

Segundo Ferreira et al (2022) os Governos Lula-Dilma criaram a Agenda China³ a fim de criar condições que fortalecessem cada vez mais as relações entre os dois países. No governo da presidente Dilma Rousseff, foi observado um aumento nas exportações de soja com destino à China. Esse cenário levou a soja a se posicionar no ponto mais alto das exportações, consolidando-se como o principal produto brasileiro exportado para o território chinês. Adicionalmente, durante a primeira visita oficial da presidente à China, essa relação comercial foi reforçada, com um acordo de cooperação entre os dois países em diversos setores, entre eles o setor agrícola e agropecuário, que foi um impulsionado pela geração de investimentos do Estado chinês. No documento que oficializa essa cooperação está claro o interesse chinês em cooperar e investir nesses setores, no tópico 10 é detalhado à respeito da questão agrícola e alguns setores relacionados:

“10. As duas partes manifestaram sua satisfação com os entendimentos alcançados pelas autoridades dos dois países no campo das medidas sanitárias e fitossanitárias e sobre segurança alimentar e comprometeram-se a estimular o fortalecimento do diálogo nessas áreas com o firme propósito de promover o desenvolvimento seguro e fluido do comércio de alimentos e produtos agrícolas entre os dois países. Nesse sentido, saudaram a autorização dada aos primeiros estabelecimentos brasileiros para exportar carne suína e concordaram em acelerar o andamento do registro de novos estabelecimentos brasileiros de carne de aves e bovinos. Comprometeram-se a concluir de forma expedita todos os trâmites regulamentares para permitir a inclusão de novos itens na pauta comercial, entre eles produtos como gelatina, milho folha de tabaco dos Estados da Bahia e Alagoas, embriões e sêmen de bovinos, frutas cítricas, do Brasil, e peras, maçãs e frutas cítricas, da China. Nesse espírito, coincidiram sobre a importância de estratégias comuns para agregar valor a produtos alimentares e agrícolas voltados ao mercado de ambos os países.”

³ A respeito da Agenda Brasil-China, será mais explorada no terceiro capítulo desse respectivo texto, onde será abordada especificamente sobre ela e sua importância para as relações Brasil e China.

(Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, PEQUIM, 12 de abril de 2011)⁴

A partir de 2013 essas exportações cresceram, entretanto, o Brasil enfrentou uma crise política e institucional que foram os protestos de junho⁵ desse mesmo ano, marcados por grandes manifestações, confrontos entre manifestantes e forças de segurança, e uma ampla cobertura da mídia nacional e internacional. Eles levaram a um aumento da pressão sobre o governo brasileiro e resultaram em uma série de mudanças políticas e institucionais nos anos subsequentes. Essa crise dificultou a participação brasileira na agenda internacional e causou uma queda nesses índices de exportação para a China e os demais parceiros comerciais, assim como afetou fortemente a imagem brasileira mundialmente. Seguidamente, o impeachment contra Dilma Rousseff em 2016 afetou novamente a atuação internacional do país e conseqüentemente uma mudança brusca nesse campo. Em consequência do impeachment, Michel Temer ocupou o seu lugar. Em seu governo as relações com o Estado chinês continuam por causa da forte conexão econômica entre os dois Estados.

Em 2019, sob a administração do presidente Bolsonaro, as relações entre Brasil e Estados Unidos passaram por um notável fortalecimento, impulsionado pela afinidade perceptível entre as agendas governamentais. Esse estreitamento resultou em uma relação bilateral privilegiada, marcada por trocas diplomáticas e cooperação em várias áreas. No entanto, essa intensificação das relações com os Estados Unidos também desencadeou desafios inesperados nas interações do Brasil com outras nações, mais notavelmente a China. A crescente tensão na guerra comercial entre os EUA e a China colocou o Brasil em uma posição delicada, uma vez que o país mantinha vínculos significativos com ambas as superpotências econômicas. (JUNIOR, 2020)

⁴ Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, PEQUIM, 12 de abril de 2011. Disponível em: https://www.estadao.com.br/blogs/blog/wp-content/uploads/sites/690/2022/09/comunicadoconjuntochineseport_160920224839.pdf

⁵ Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil. BBC News, 07 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo>

A parceria entre o Brasil e os Estados Unidos no governo Bolsonaro foi benéfica em muitos aspectos como: apoio econômico e comercial no ramo da agricultura a fim de, facilitar a exportação de produtos entre os dois países e criar um intercâmbio de tecnologia, tal como estabelecer uma aliança na política externa com o intuito de atrair capital estrangeiro para o Brasil e possuir colaboração na defesa estatal. Entretanto, gerou-se um contexto em que o governo brasileiro precisou adotar uma abordagem equilibrada para evitar possíveis conflitos com a China. Dado que, a relação econômica entre o Brasil e a China era robusta e estratégica, especialmente em setores como agricultura e mineração, onde o governo brasileiro teve que destacar a relevância e a durabilidade dessa cooperação bilateral. (JUNIOR, 2020)

Assim, a diplomacia brasileira trabalhou para assegurar aos parceiros chineses que a aproximação com os Estados Unidos não implicava em um distanciamento das relações com a China. Foi necessário enfatizar que as complexas relações internacionais demandavam uma postura de diálogo aberto e cooperação com diversos atores globais, sem comprometer os interesses nacionais e a prosperidade econômica do Brasil.

Junior (2020) explica esse conflito no seguinte trecho:

“Na esteira das críticas feitas por Donald Trump no âmbito de sua “guerra comercial” com os chineses, Bolsonaro subiu o tom diversas vezes sobre a presença de investimentos e negócios dos asiáticos no Brasil. Mais uma vez o Ministério da Agricultura e alguns ministros da ala militar tiveram que entrar em cena para contornar a situação e garantir a importância da parceria estratégica entre Brasil e China.” (JUNIOR, 2020, p. 251)

Nesse período (2020-2021) ocorre mais algumas contradições, pois existem discursos xenofóbicos nas relações diplomáticas com a China em razão da pandemia, todavia, apesar da crise pandêmica o Brasil mantém sua relação com o país exportando gradativamente mais commodities, e essencialmente soja para o

Estado chinês, batendo recorde em exportações. O autor Mota (2021)⁶ valida essa afirmação ao fazer uma comparação dessas exportações com o desempenho observado no ano de 2019:

“O grupo da soja e seus derivados, por sua vez, obteve, em 2020, um aumento de 9,5% em relação a 2019, equivalente a um ganho de US\$ 2,5 bilhões e de 8,9 milhões de toneladas no volume exportado no mesmo período. Os diversos tipos de carne também obtiveram ganhos em suas exportações no mesmo período, atingindo US\$ 550,8 milhões e 352,2 mil toneladas no volume exportado. Entretanto, o milho apresentou um desempenho negativo, com US\$ 1,4 bilhão de perda de exportação em relação a 2019, referentes a 8,3 milhões de toneladas. Este grupo de produtos (composto por commodities da indústria extrativa mineral, óleos brutos de petróleo, soja e derivados, diversos tipos de carne e milho) respondeu por 49,6% das exportações de 2020 e 45,6% das de 2019; no conjunto, apresentou um ganho, em 2020, no valor de US\$ 1,3 bilhão.” (MOTA, 2021, p.30)

Após a China entrar na OMC em 2001, esse episódio afetou diretamente a indústria nacional brasileira que não conseguiu competir no mercado internacional modernizando-se industrialmente e, conseqüentemente, abalando o sistema econômico do país, pois à medida em que o Estado chinês passa a disputar com a indústria brasileira, priorizou-se o ponto forte do país que é o setor agrícola, causando um processo de desindustrialização no Brasil. Pochmann (2015)⁷ discorre sobre esse processo de desindustrialização brasileiro no seguinte trecho:

“A centralidade da estabilização monetária desde o Plano Real tornou a inserção do Brasil na globalização mais dependente de sua face financeira do que comercial. Com isso, a substituição de parcela da produção nacional por produtos importados passou a revelar a transformação da antiga burguesia industrial em comerciante e rentista.” (POCHMANN, 2016, p. 146)

Resumidamente, a estabilização da moeda e a transição da classe empresarial brasileira para atividades financeiras e comerciais desempenharam um

⁶ MOTA, José Aroudo. Impacto da COVID-19 nas exportações das principais commodities brasileiras. Radar 65, abril de 2021.

⁷ POCHMANN, Marcio. Equívocos nas respostas à industrialização brasileira, Editora UEPG, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjzmz/pdf/pochmann-9788577982165-04.pdf>

papel crucial no processo de desindustrialização do Brasil. Essas mudanças podem ter consequências significativas na configuração econômica do país, na criação de empregos na indústria e na capacidade de competir internacionalmente na produção de bens manufaturados.

Todavia, os investimentos chineses nas commodities brasileiras fortaleceram as relações entre os dois países favorecendo o agronegócio brasileiro. Junior (2020) afirma que:

“[...] o Brasil não construiu mecanismos capazes de diversificar os fluxos de comércio, garantir significativa modernização do parque industrial nacional com a ampliação dos investimentos e estabelecer cadeias produtivas que rendessem ao país produtos de maior valor agregado em sua pauta exportadora. A entrada significativa de investimentos diretos da China no Brasil visa garantir o fornecimento a longo prazo de commodities, por isso grande parte deles foram direcionados às empresas do setor agrícola, exploração de petróleo e extração de minerais.” (JUNIOR, 2020, p. 254).

Em relação ao que foi discutido sobre a preferência do Brasil por exportar mais commodities, o autor Oliveira (2015) oferece uma explicação que dá sentido para essa ênfase brasileira na produção de matérias-primas:

“Assim, sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de commodities (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial.” (OLIVEIRA, Ariovaldo, 2015, p. 240)

A partir disso, entende-se que a agricultura brasileira passou a se concentrar na produção de commodities como parte de uma estratégia no contexto do capitalismo globalizado, visando atender às demandas do mercado mundial e das empresas monopolistas globais. Isso teve implicações significativas na economia rural e nas relações comerciais do Brasil com o mundo.

É extremamente relevante ressaltar que o Brasil passou por um déficit comercial em 2009, seguidamente em 2013 e 2014, devido o valor das importações de bens e serviços estar sendo maior do que o valor das exportações ao longo desse período, além do fato de importar produtos que poderiam estar sendo

produzidos nacionalmente se houvesse tecnologia suficiente para competir no mercado internacional. Como é visto na tabela a seguir com dados gerais da balança comercial desde 2009:

Tabela 1 – Exportações, Importações, Corrente e Saldo Mensais Gerais do Brasil - US\$ FOB Milhões⁸

<i>Data</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>	<i>Saldo</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>	<i>Saldo</i>
2023	194203,1	140647,6	53555,5	-41,9	-48,4	-13,0
2022	334136,0	272610,7	61525,4	19,0	24,2	0,2
2021	280814,6	219408,0	61406,5	34,2	38,2	21,9
2020	209180,2	158786,8	50393,4	-5,4	-14,6	43,2
2019	221126,8	185928,0	35198,8	-4,6	0,3	-24,4
2018	231889,5	185322,0	46567,5	7,9	16,6	-16,9
2017	214988,1	158951,4	56036,7	19,8	14,1	39,4
2016	179526,1	139321,4	40204,8	-3,9	-19,5	193,9
2015	186782,4	173104,3	13678,1	-15,5	-25,0	--
2014	220923,2	230823,0	-9899,8	-5,0	-4,4	--
2013	232544,3	241500,9	-8956,6	-3,1	7,3	--
2012	239952,5	225166,4	14786,1	-5,4	-1,2	-42,5
2011	253666,3	227969,8	25696,6	26,6	24,3	50,3
2010	200434,1	183337,0	17097,2	32,0	41,7	-23,7
2009	151791,7	129397,6	22394,1	-22,5	-25,9	6,3

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia, 2023.

Apesar dos esforços para normalizar e equilibrar a balança comercial, através de acordos comerciais a fim de diversificar a produção interna e aumentar as exportações, esse saldo ainda não foi normalizado. É evidente que o Brasil apresenta limitado controle sobre sua posição no cenário internacional. Além disso, a sua considerável dependência tecnológica transnacional impede a sua ascensão na hierarquia global, sendo que estas condições desempenham um papel significativo nesse cenário.

⁸ Dados da balança comercial de 2009 a 2023. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html

2.1 Embasamento Teórico

A base teórica desse texto está alinhada com as visões de Marx e Engels (1867) sobre o Estado e a acumulação de riqueza, conforme discutido em várias de suas obras, em particular "O Capital" de Marx, publicado em volumes entre 1867 e 1894. Nessas obras, os autores enfatizaram a ideia de que “o Estado é produto social da classe dominante que o cria para legitimar o processo de dominação, assim como garantir a proteção da propriedade privada, um dos fatores da acumulação e diferenciação de riquezas.” (MARX, 1867 apud FIGUEIRA, 2010, p. 21). Ou seja, a noção de que o Estado é um produto social da classe dominante e é criado para legitimar a dominação e proteger a propriedade privada tem relevância na análise das relações internacionais brasileiras. No contexto das exportações de soja, isso pode ser observado na forma como o governo brasileiro busca promover os interesses do setor agrícola, muitas vezes associado a interesses econômicos poderosos, para impulsionar a acumulação de riqueza.

De acordo com Figueira (2010): “Esses fatores externos associados a necessidade de garantir a ordem interna fazem os Estados buscarem uma ampliação de poder, o que aumentaria sua capacidade de barganha sobre os demais agentes do mesmo tipo no sistema internacional anárquico.” (FIGUEIRA, 2010, p. 22). Isto significa que essa noção de que os Estados buscam ampliar seu poder para aumentar sua capacidade de barganha no sistema internacional é pertinente para entender como o Brasil busca fortalecer suas posições como exportador de commodities, incluindo a soja. A busca por relações comerciais vantajosas e a promoção de produtos-chave, como a soja, podem ser vistas como esforços para aumentar a influência econômica e política do Brasil no cenário global.

Em conformidade com o pensamento de (Figueira, 2010, p. 25):

“Na perspectiva de Lisa Martin, à medida que os Estados tornam-se cada vez mais interdependentes, a noção de credibilidade assume uma importância cada vez maior e, consequentemente, o Poder Legislativo passa também a ser considerado um ator primordial no estabelecimento de cooperação entre os Estados”.

Em outras palavras, o papel do Poder Legislativo na política externa relaciona-se à discussão sobre o sistema político interno que influencia as decisões internacionais. A participação do Poder Legislativo na aprovação de acordos de cooperação internacional e sua capacidade de conferir maior credibilidade a esses

acordos estão relacionadas à dimensão democrática e à busca por representatividade nas negociações internacionais.

A respeito do papel do Estado e da sociedade civil, Oliveira (2012) esclarece que:

“É evidente que a análise da política externa brasileira, com ênfase no papel do Estado como ator preponderante na integração ao sistema internacional, não deixa, por um lado, de considerar a atual internacionalização das diferentes variáveis e, por outro, o papel da sociedade civil representada por empresas, associações, classes, agregando uma dimensão transnacional às relações internacionais.” (OLIVEIRA, 2012, p. 02)

As considerações de Oliveira (2012) sobre o papel do Estado como ator preponderante na política externa, bem como a menção à sociedade civil, têm relevância na análise das relações internacionais do Brasil no contexto das exportações de soja. O Estado brasileiro desempenha um papel central na promoção dos interesses do setor agrícola e na busca por mercados internacionais, ao mesmo tempo em que interage com atores transnacionais, como empresas do agronegócio.

Em relação a Hierarquia e Identidade Internacional, o pensamento de Oliveira (2012) ressalta a hierarquia contida no sistema internacional e a influência daqueles que detém maior poder, apesar da existência da anarquia:

“Desse modo, o sistema internacional pode ser interpretado como o padrão de relacionamento entre os Estados em um determinado momento, padrão este, derivado, estruturalmente, da definição do poder internacional dentro desse período histórico. E que os Estados que detém maior poder apresentam a tendência de definição da ordem internacional em função da necessidade de manutenção da estabilidade mundial, mas também da promoção prioritária de seus interesses.” (OLIVEIRA, 2012, p. 02)

No que diz respeito a identidade internacional brasileira, Fonseca (2017) explica que:

“A política externa do Brasil tem refletido as tentativas de definição da sua identidade internacional, que deriva das múltiplas identidades que ao longo dos tempos o país foi agregando. A dicotomia entre o contexto interno (pobreza e desigualdade), o crescimento econômico e o reconhecimento internacional tem dificultado, inclusivamente, a definição do lugar do Brasil no sistema internacional, o que não deixa de ser característico das potências médias. Contudo, cada vez mais se torna evidente, pelo menos no plano externo, a coincidência entre as ambições e as capacidades do Brasil.” (FONSECA, Carmen, 2017, p. 122)

Em suma, a discussão sobre a definição da identidade internacional do Brasil e sua busca por reconhecimento no sistema internacional relaciona-se ao desejo do país de afirmar sua posição como importante exportador de commodities, incluindo a soja. A complexa relação entre pobreza, desigualdade, crescimento econômico e reconhecimento internacional molda a maneira como o Brasil busca se posicionar na hierarquia mundial.

Quanto a Interdependência e Diplomacia, Putnam (2010) define as negociações internacionais como um jogo de dois níveis:

“A luta política de várias negociações internacionais pode ser útilmente como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar medidas políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos.” (PUTNAM, 2010, p. 151)

Em concordância com a análise da diplomacia e política doméstica de Putnam (2010), enfocando os jogos de dois níveis entre interesses domésticos e internacionais, se relaciona com o esforço do Brasil em equilibrar suas relações com diferentes parceiros comerciais, como China e EUA. A interdependência entre os países e a necessidade de satisfazer pressões internas e externas moldam as decisões políticas e comerciais brasileiras.

Por fim, sobre o papel do Executivo e Legislativo, é de extrema relevância o pensamento de Pinheiro (2013) que declara:

“A Constituição brasileira, em diversas passagens, informa que a competência para a condução da política externa é exclusiva do presidente da República. No mesmo sentido, a responsabilidade para negociações comerciais internacionais também fica concentrada no Executivo, como pode ser observado no Art. 84, Inc. VII e VIII.” (PINHEIRO, 2013, p. 31).

Em síntese, a discussão sobre as competências do Poder Legislativo e Executivo na formulação da política externa do Brasil é diretamente relevante para entender como as decisões sobre exportações de soja são tomadas. A concentração de poder no Executivo, como observado no caso das negociações comerciais

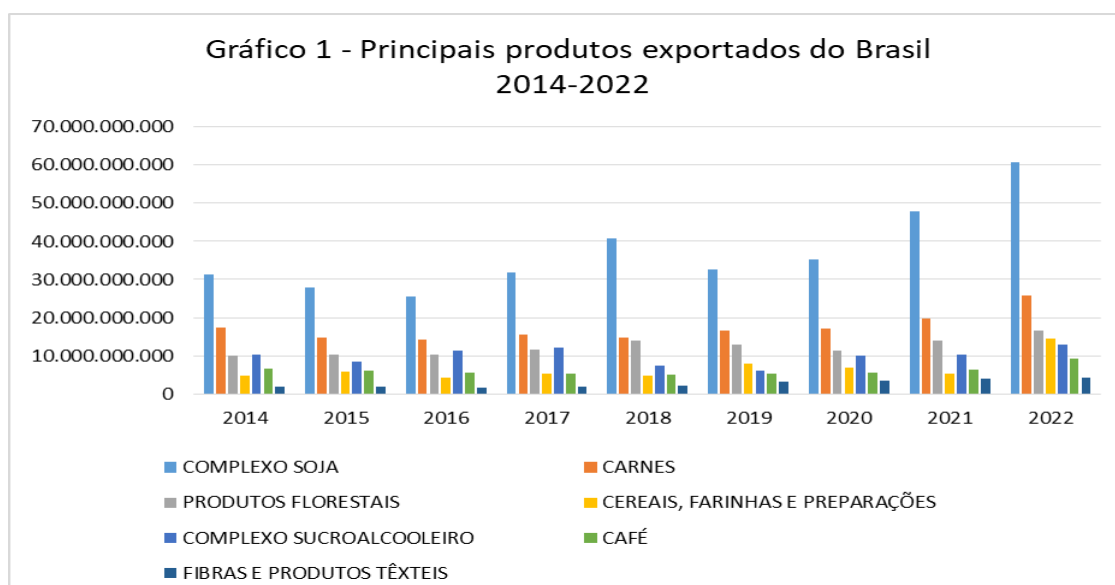
internacionais, influencia a capacidade do país de definir seus interesses econômicos no cenário internacional.

Portanto, ao relacionar os conceitos das teorias apresentadas com a análise das exportações de soja e a política externa brasileira, fica evidente como esses fatores complexos, incluindo interesses econômicos, poder, identidade, interdependência e dinâmicas políticas, contribuem para moldar as estratégias e ações do Brasil no cenário internacional.

2.2 Agenda Agroexportadora Brasileira – A importância da commodity soja para a economia brasileira

A soja é uma commodity de extrema relevância para a agricultura empresarial no Brasil, por ser muito fácil de transportar e consumir, possui uma boa vida útil e a variedade de seus subprodutos a tornam amplamente aceita e utilizada no mercado internacional. Além disso, é uma das principais fontes de proteína e óleo vegetal do mundo, sendo utilizada tanto na alimentação humana quanto animal. Segundo Campeão et al (2020), o estabelecimento da soja no Brasil foi um importante impulsionador econômico e social para o país. Em 2014 ela liderou as pautas de exportações do país com 14%, como é possível perceber no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Principais produtos exportados do Brasil (2014-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2023.

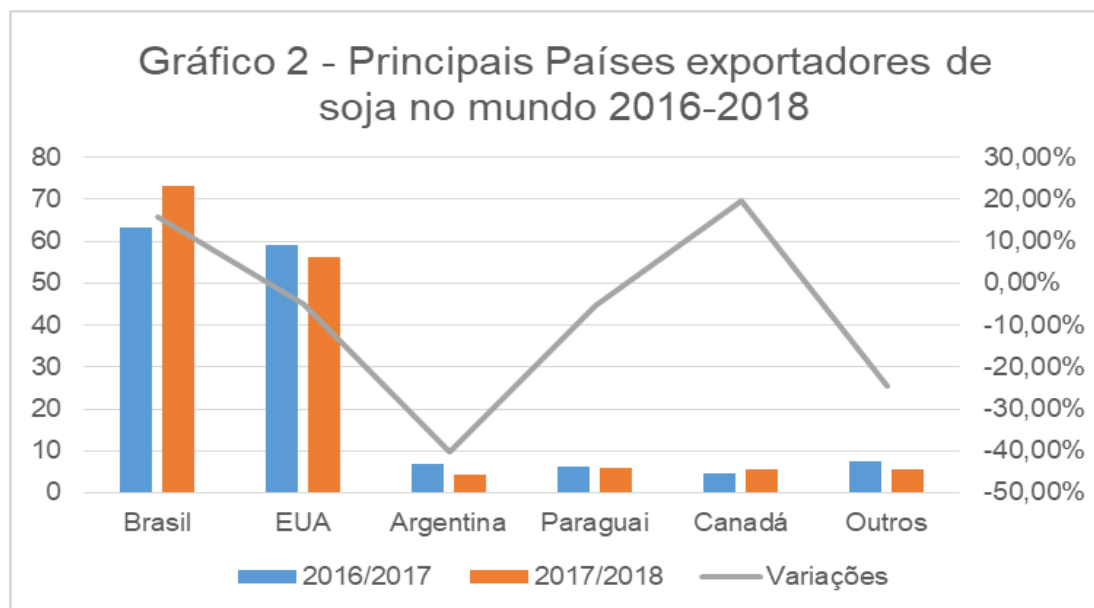
A partir dos dados apresentados no gráfico 1 fica claro que a soja domina a arena de exportação brasileira. O marco não só consolidou a importância da soja como um importante produto de exportação, mas também impulsionou significativamente a economia do país. O crescimento do volume de exportação de soja é impulsionado por fatores como a crescente demanda global por alimentos, a adoção de técnicas agrícolas avançadas para aumentar a produtividade, a capacidade de produção e as vantagens competitivas do país em terras férteis e clima favorável ao cultivo da soja.

Visto que as exportações de soja em grãos lidera o mercado, este trabalho tem por objetivo analisar esse tipo especificadamente. Campeão et al (2020, p. 76) menciona que “Embora o Brasil se classifique como o segundo maior produtor de grãos, a partir de 2012 o país assumiu a primeira colocação como principal exportador de soja do mundo, representando mais de 50% do total comercializado.”

Segundo Cristino (2013, p. 24), a soja ocupa 49% da área plantada em grãos do país, destacando-se como umas das principais commodities que fortalece o agronegócio brasileiro e sua balança comercial, e devido ao seu grande volume nas exportações ela possui grande influência no PIB do país.

As exportações de soja do Brasil aumentaram de 92 milhões de toneladas em 2010 para 148 milhões de toneladas em 2019. (CAMPEÃO et al. 2020, p. 83). O Brasil juntamente com os Estados Unidos respondem juntos por mais de 80% do total das exportações de soja a nível mundial. Avaliando essas exportações, nota-se que os índices de exportação dos dois países são muito parecidos, porém, o Brasil lidera nessas exportações ultrapassando os Estados Unidos. É possível perceber a ascensão brasileira na produção e exportação da commodity soja no seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Principais Países exportadores de soja no mundo (2016-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da USDA (United States Department of Agriculture) 2020.

O gráfico 2 apresenta o ranking dos principais países produtores e exportadores de soja no mundo. Através desta análise, é possível discernir as complexas dinâmicas que moldam o mercado internacional de soja e compreender como fatores geopolíticos, econômicos e climáticos têm impactado a liderança dos países nessa indústria crucial. Analisando esses dados é notório que o Brasil emergiu como líder incontestável na produção mundial de soja, suplantando os Estados Unidos, que historicamente ocupavam essa posição. Essa mudança significativa na hierarquia da produção é multifacetada e reflete diversos eventos e fatores globais. A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, por exemplo, gerou uma série de implicações econômicas, inclusive sobre o comércio de soja. Os elevados preços do grão americano e as tarifas crescentes aplicadas sobre produtos dos EUA alteraram o equilíbrio de poder no mercado global, favorecendo o aumento da produção brasileira. O Brasil capitalizou essa oportunidade para alçar-se ao posto de maior produtor mundial.

A nação sul-americana não apenas expandiu sua produção, mas também consolidou sua presença no mercado global de soja. Isso ocorreu devido à capacidade do Brasil de atender à demanda crescente da China e de outros mercados, proporcionando uma oferta estável e competitiva. Enquanto o Brasil

prosperou como produtor líder, a Argentina enfrentou desafios significativos, pois mudanças climáticas impactaram sua produção, limitando seu potencial de crescimento na indústria de soja. Além disso, os impostos sobre exportações de soja na Argentina fizeram com que o país direcionasse seus esforços para outros grãos, como o milho. Essa interação complexa entre fatores climáticos, políticos e econômicos demonstra a volatilidade do mercado de commodities e como ela influencia as posições de liderança dos países produtores.

Segundo Ferreira et al (2022), em consequência da expansão econômica em que a China vivenciou no início do século XXI, o Estado chinês necessitou de uma maior demanda de matérias primas e commodities. Nos anos de 2001 a 2020, a quantidade de soja importada pela China aumentou exponencialmente, visto que o país tem priorizado a soja exportada pelo Brasil, demonstrando a dependência chinesa pelas commodities brasileiras. O autor declara que:

Os dados da UN Comtrade Data mostram que, em 2001, do total de soja (em grãos) que a China importou, aproximadamente 23% era soja brasileira. Em 2011, essa porcentagem aumentou para 39% - quase o dobro. Já em 2020, 64% da soja importada pela China veio do Brasil. Esses números demonstram uma complexa relação: por um lado, a especialização produtiva da pauta exportadora do Brasil e, por outro, a demanda do mercado chinês pela soja, o que aumenta sua dependência da produção brasileira.” (FERREIRA et al, 2022, p. 105)

Portanto, de acordo com Hirakuri et al (2014) percebe-se que a cadeia produtiva da soja concede ao Brasil ter capacidade de influenciar mundialmente no mercado de commodities agrícolas. O autor confirma a tese acima no seguinte trecho:

“No momento presente, o volume de soja em grão importado mundialmente representa 39% do total consumido. China e União Europeia foram o destino de mais de $\frac{3}{4}$ desses grãos. As importações do país asiático evoluíram 14,73% ao ano, de tal forma que, atualmente, a China necessita importar em torno de 87% do que consome anualmente, se tornando extremamente dependente da terceirização da produção para outros produtores, como Brasil e Estados Unidos.” (HIRAKURI et al, 2014, p. 23)

Em conformidade com o que foi mencionado a respeito da dependência chinesa por commodities brasileiras, e a influência que a cadeia produtiva da soja

concede ao Brasil nesse setor produtivo, Marini (1973)⁹ explica esse fenômeno através da Teoria Marxista da dependência, que impacta os Estados e causa esse processo:

“A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.” (MARINI, 1973, p.18)

Sendo assim, o mercado exportador no contexto da dependência de commodities, não é apenas resultado da especialização produtiva, mas também uma expressão de um sistema econômico capitalista. Isso significa que a exportação de bens primários, como as que o Brasil fornece para a China, é mais do que apenas uma estratégia de comércio, sendo uma parte fundamental de como o capitalismo opera. Dessa forma, a dependência das exportações de commodities cria contradições e relações de exploração específicas. Por um lado, os países exportadores de commodities podem se beneficiar da necessidade mundial por essas matérias-primas, gerando receitas significativas. Por outro lado, essa dependência pode tornar esses Estados vulneráveis às flutuações no valor das commodities e às políticas de importação de grandes compradores, como a China.

⁹ MARINI, Ruy. Dialética da Dependência. 1973. 43 páginas. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf

Gráfico 3 – Brasil, Exportações de soja (2021-2022)



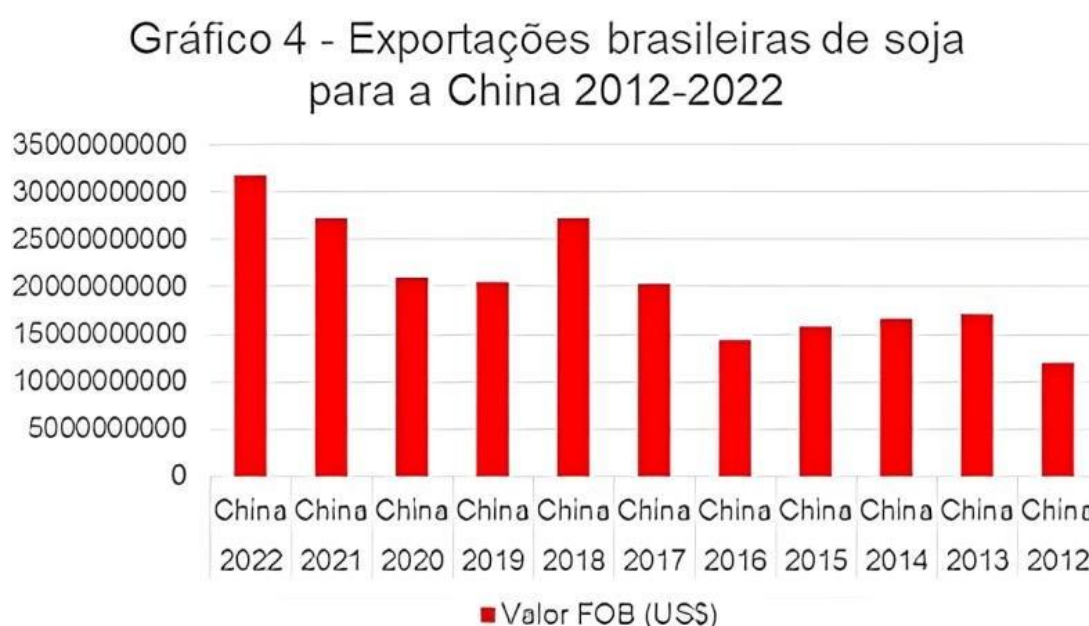
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do COMEXSTAT (2021-2022)

O Gráfico 3 oferece uma visão atualizada e profundamente esclarecedora sobre a liderança da China como a principal importadora da soja brasileira. Esses dados não apenas indicam números, mas também desvelam uma narrativa complexa que abrange questões econômicas, diplomáticas e estratégicas. A partir dessa análise, fica evidente que a China assumiu uma posição de destaque, ultrapassando outras nações como o principal destino das exportações de soja do Brasil. Isso não é mero acaso, mas sim o resultado das políticas e escolhas que a China tem feito ao longo do tempo. A menção aos investimentos chineses em infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento do agronegócio brasileiro é reveladora. Esses investimentos incluem melhorias na logística de transporte, armazenamento e processamento de produtos agrícolas e têm contribuído para melhorar a eficiência da produção e da exportação de commodities agrícolas brasileiras, incluindo a soja.

Essa ascensão da China como principal compradora está intimamente relacionada à crescente demanda interna por alimentos, para sustentar sua vasta população e uma classe média em expansão. Para atender a essa demanda, a China recorreu ao Brasil devido à sua capacidade de produção em larga escala e à

qualidade da soja produzida. Essa colaboração tem sido vantajosa tanto para o Brasil, que aumenta sua capacidade de exportação, quanto para a China, que garante o suprimento de commodities agrícolas essenciais. Esse é um exemplo da complexidade das relações econômicas internacionais, onde fatores como oferta, demanda, políticas governamentais e interesses estratégicos se entrelaçam de maneira intrincada.

Gráfico 4 – Exportações brasileiras de soja para a China (2012-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do COMEXSTAT (2012-2022)

No gráfico 4, traz uma análise temporal das exportações da commodity soja brasileira direcionadas especificamente para a China, ao longo do período de 2012 a 2022. Essa visualização revela um padrão de crescimento constante no volume de exportações durante esses anos e mostram o quanto a China ultrapassou os demais países, tornando-se a principal importadora de soja brasileira. Durante esse período, a China fez uma transição significativa ao priorizar o Brasil como seu principal fornecedor de soja. Esse deslocamento estratégico se deve à capacidade do Brasil de atender à demanda chinesa por soja em quantidade e qualidade.

É notável que o Brasil, apesar de ter enfrentado um déficit comercial na balança em 2009, conseguiu reverter essa situação em relação à China. A partir

desse ponto, o país passou a ter um superávit comercial com a China, ou seja, exportou mais para esse país do que importou. Essa mudança representou uma reviravolta significativa na dinâmica comercial entre os dois países e contribuiu positivamente para o balanço comercial geral do Brasil. Um dado impressionante destacado é o acumulado de superávit comercial com a China ao longo de mais de uma década, totalizando quase US\$ 46 bilhões. Esse valor considerável ressalta a substancial vantagem econômica que o Brasil obteve com a parceria comercial com a China, especialmente no contexto das exportações de soja, lembrando ainda os investimentos chineses em infraestrutura para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, e demonstrando a relevância das relações econômicas entre China e Brasil. (ITAMARATY, 2017, s.p).

Em conformidade com esse pensamento, Moreno (2015) ressalta que por causa da alta demanda chinesa por commodities, a China não conseguiria o total necessário de outro país como o Brasil, apesar de desde 2018 importar soja dos EUA, não é na mesma proporção do que a soja brasileira, servindo de apenas uma complementação da quantidade que necessita para suprir seu país.

Importante destacar também que Melo et al (2010, p.24), esclarece que o Brasil e a China possuem uma ligação mais forte nas trocas comerciais do que com o restante do mundo, esse fator é perceptível tanto nas exportações quanto nas importações que possuem níveis mais intensos em produtos específicos de interesses para os dois países, sendo para o Brasil recursos mais tecnológicos e para a China commodities. É válido lembrar também que essa relação comercial brasileira com o Estado chinês intensificou as exportações de soja brasileira para o mercado internacional.

2.3 Políticas Públicas brasileiras que impulsionam o agronegócio no país

As políticas públicas¹⁰ no Brasil voltadas para o agronegócio têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento desse campo estratégico para a economia do país. O setor agropecuário brasileiro é reconhecido mundialmente pela sua eficiência e produtividade, sendo responsável por uma parcela significativa das exportações e geração de empregos.

Uma das principais políticas públicas implementadas no Brasil é o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC+), que visa promover a adoção de práticas sustentáveis no campo, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e contribuindo para a conservação ambiental. De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária do Governo Federal do Brasil:

“O ABC+ será executado de 2020 a 2030, com o intuito de consolidar a agropecuária nacional alicerçada sobre sistemas sustentáveis, resilientes e produtivos, como soluções de adaptação e mitigação embasadas em ciência. O ABC+ busca, assim, continuar as ações fomentadoras para o estabelecimento de uma agropecuária nacional mais sustentável, resiliente, capaz de controlar suas emissões de GEE, e que garanta a oferta de alimentos, grãos, fibras e bioenergia, em quantidade e qualidade, com conservação dos recursos naturais, mesmo diante da crescente incerteza climática.” (BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Programas e Estratégias do plano ABC+, 2023)¹¹

Através dessa iniciativa, os agricultores obtêm a possibilidade de acessar financiamentos com taxas de juros mais vantajosas, que podem ser direcionados para a implementação de tecnologias e práticas visando a mitigação do impacto ambiental gerado por suas operações agrícolas.

Outra política pública relevante é o Plano Safra, que é uma iniciativa governamental fundamental para o Brasil, oferecendo financiamento com taxas de juros subsidiadas para agricultores, permitindo que eles invistam em insumos, maquinaria e custeio da produção, ajudando a impulsionar a produtividade e a

¹⁰ Políticas públicas são ações, programas e medidas adotadas pelo governo em nível federal, estadual ou municipal para abordar questões específicas da sociedade, visando atender às necessidades e promover o bem-estar geral dos cidadãos. Para saber mais, acesse: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>

¹¹BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Programas e Estratégias do plano ABC+, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono/abc/programas-e-estrategias>

competitividade do setor agrícola. Além disso, o plano oferece incentivos à produção, como subsídios para fertilizantes e sementes de alta qualidade, bem como assistência técnica para melhorar as práticas agrícolas. A política de preços mínimos é outra medida que visa garantir que os agricultores recebam um preço justo por seus produtos, proporcionando estabilidade financeira.

Além deste projeto, existe também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e o Programa Nacional de Apoio aos Médios Agricultores (PRONAMP). Sobre o Pronaf, o Ministério da Agricultura e Pecuária do Governo Federal do Brasil discorre:

“O Pronaf está presente em quase todos os municípios do Brasil. A execução do programa é realizada por Bancos Públicos e Privados, o BNDES e Cooperativas de Crédito Rural. Esta forma de atuação permite amplo acesso ao crédito rural para diversos grupos da agricultura familiar como: assentados da reforma agrária, beneficiários do crédito fundiário, agricultores familiares de baixa renda (Grupo B), agricultores familiares dinâmicos (Grupo V) e, inclusive, povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e outros. As operações de crédito rural ao amparo do Pronaf possibilitam aos beneficiários da agricultura familiar financiarem a aquisição de insumos, sementes, para realizarem o custeio de suas atividades, como a produção de milho, leite, feijão. Além de financiar o custeio da produção, o Pronaf é de grande importância para a modernização dos empreendimentos familiares, com consequências sobre o aumento da produção e produtividade.” (BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, 2023).¹²

Em suma o programa faz parte do Plano Safra e tem como objetivo apoiar e fortalecer os pequenos agricultores, proporcionando-lhes acesso a crédito, assistência técnica e extensão rural, além de incentivar a produção de alimentos saudáveis e a diversificação das atividades no campo, contribuindo para a redução da desigualdade social e para a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Em continuidade, o Pronamp também integra o Plano Safra e é focado especificamente para médios produtores rurais, ele concede acesso ao crédito agrícola em condições favoráveis, com juros mais acessíveis, financiando e incentivando a modernização e a sustentabilidade das práticas agrícolas. O

¹² BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Federal do Brasil descreve o programa como:

“O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) é um programa de crédito (financiamento) instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Esta lei foi alterada pela Lei 14.348, em junho de 2022, incluindo os Microempreendedores Individuais (MEI) no programa. Quem tem direito ao programa são Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), optantes e não optantes pelo Simples Nacional e, desde junho de 2022, os Microempreendedores Individuais (MEI) no programa.” (BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Apoio aos Médios Agricultores, 2022)¹³

Além disso, o governo brasileiro tem investido em iniciativas de pesquisa e avanço tecnológico voltados para o agronegócio, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tem como objetivo desenvolver tecnologias e inovações para aumentar a produtividade e a competitividade do setor. O Governo Federal do Brasil aborda a missão da Embrapa como extremamente relevante:

“A missão é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. Por meio de programas de pesquisa específicos, a EMBRAPA busca organizar tecnologias e sistemas de produção que aumentem a eficiência da agricultura, além de um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo.” (Brasil, Empresas e Negócios, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2023)¹⁴

Dessa forma, a Embrapa tem sido fundamental na criação de variedades de plantas mais resistentes a pragas e doenças, no desenvolvimento de técnicas de manejo sustentável do solo e na promoção da agricultura de precisão.

¹³ BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Apoio aos Médios Agricultores, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/pronampe>

¹⁴ Brasil, Empresas e Negócios, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/instituicoes-de-apoio/entidades/empresa-brasileira-de-pesquisa-agropecuaria-2013-embrapa#:~:text=A%20miss%C3%A3o%20%C3%A9%20viabilizar%20solu%C3%A7%C3%B5es,em%20benef%C3%ADcio%20da%20sociedade%20brasileira.&text=Descri%C3%A7%C3%A3o%3A%20A%20miss%C3%A3o%20%C3%A9%20viabilizar,em%20benef%C3%ADcio%20da%20sociedade%20brasileira>

Importante mencionar também o Programa 2077 - Agropecuária Sustentável que se destaca como uma iniciativa estratégica para promover o desenvolvimento rural sustentável e aprimorar a produção agropecuária no Brasil. Com um enfoque claro na ampliação da produtividade, competitividade e sustentabilidade da economia, o programa visa alcançar diversos objetivos-chave que abrangem áreas como comércio internacional, combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional, bem como o acesso a serviços públicos nas áreas rurais. A diretriz estratégica do programa, que busca expandir a atuação do Brasil no cenário internacional, é notável. Ao agregar valor, conteúdo tecnológico e diversificar a pauta de exportações, o programa aspira a fortalecer a posição do país no mercado global de bens e serviços. Esse enfoque não apenas beneficia o setor agropecuário, mas também contribui para a economia nacional como um todo.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo expõe os objetivos do programa no seguinte documento:

“Diretriz(es) Estratégica(s): Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras. Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade. Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.” (Brasil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2017).¹⁵

É notório o compromisso com a redução das desigualdades sociais e a promoção do acesso equitativo a serviços públicos que reflete-se nas diretrizes estratégicas do programa. Ao focar na geração de empregos, renda e oportunidades econômicas tanto no campo quanto na cidade, o programa assume um papel importante na luta contra a pobreza e no estímulo ao desenvolvimento equilibrado em todo o país.

¹⁵ Documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa 2077 – Agropecuária sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa/arquivos/programa-2077.pdf>

Um dos aspectos mais destacados do programa é o compromisso com a modernização dos projetos públicos de irrigação. Ao investir em infraestruturas como barragens, estações de bombeamento, canais de irrigação e drenos, o programa busca otimizar a produção agropecuária por meio do uso eficiente de recursos hídricos. A promoção de técnicas de irrigação eficazes não apenas aumentará a produtividade, mas também contribuirá para a sustentabilidade da agricultura em um contexto de recursos limitados.

No entanto, apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para o agronegócio, ainda existem desafios a serem enfrentados. Um deles é a necessidade de conciliar o crescimento do setor com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. É fundamental que as políticas públicas incentivem procedimentos agrícolas sustentáveis, como o uso racional dos bens naturais, a conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas.

Outro desafio é a necessidade de promover a inclusão social e a melhoria das condições de trabalho no campo. Mesmo diante dos progressos alcançados, persiste a realidade em que muitos agricultores enfrentam situações de vulnerabilidade, caracterizadas pela escassez de acesso a recursos como: financiamento, suporte técnico e oportunidades de mercado. Portanto, é imperativo fortalecer as políticas de suporte à produção agrícola em pequena escala e assegurar que todas as pessoas envolvidas no agronegócio tenham condições de trabalho dignas.

Em síntese, as políticas públicas no Brasil têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento e fortalecimento desse setor estratégico. No entanto, é necessário continuar investindo em políticas que promovam a sustentabilidade, a inclusão social e a melhoria das condições de trabalho no campo, visando garantir um agronegócio cada vez mais competitivo, sustentável e justo.

No seguinte capítulo será abordado essencialmente sobre a regional brasileira MATOPIBA para dar seguimento ao estudo, com o intuito de aprofundar o entendimento sobre esse importante território no contexto da produção agrícola brasileira e seu papel em relação ao segmento de commodities, em especial à soja. Será explorado os aspectos geográficos, climáticos e socioeconômicos que tornam o MATOPIBA propício para a produção, destacando a atuação da soja como um dos produtos de maior destaque cultivados nessa região. Será discutido como o uso de tecnologias agrícolas avançadas, práticas de manejo sustentável e investimentos na

infraestrutura contribuíram para o crescimento da produção de soja e seu impacto na economia local e nacional.

3 A REGIONAL BRASILEIRA MATOPIBA

A regional MATOPIBA é composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e fica localizada no Norte-Nordeste do Brasil. É composta por 337 municípios ocupando cerca de 73 milhões de hectares, sendo segundo (ARAUJO, 2018 apud Miranda et al, 2014) 38% no Tocantins, 33% no Maranhão, 18% na Bahia e 11% no Piauí. Essa fronteira agrícola representa aproximadamente 324.326 estabelecimentos agrícolas que ocupam 33.929.100 ha (ARAUJO, 2018 apud Pereira & Pauli, 2016). O mapa a seguir mostra a divisão regional que representa o MATOPIBA:

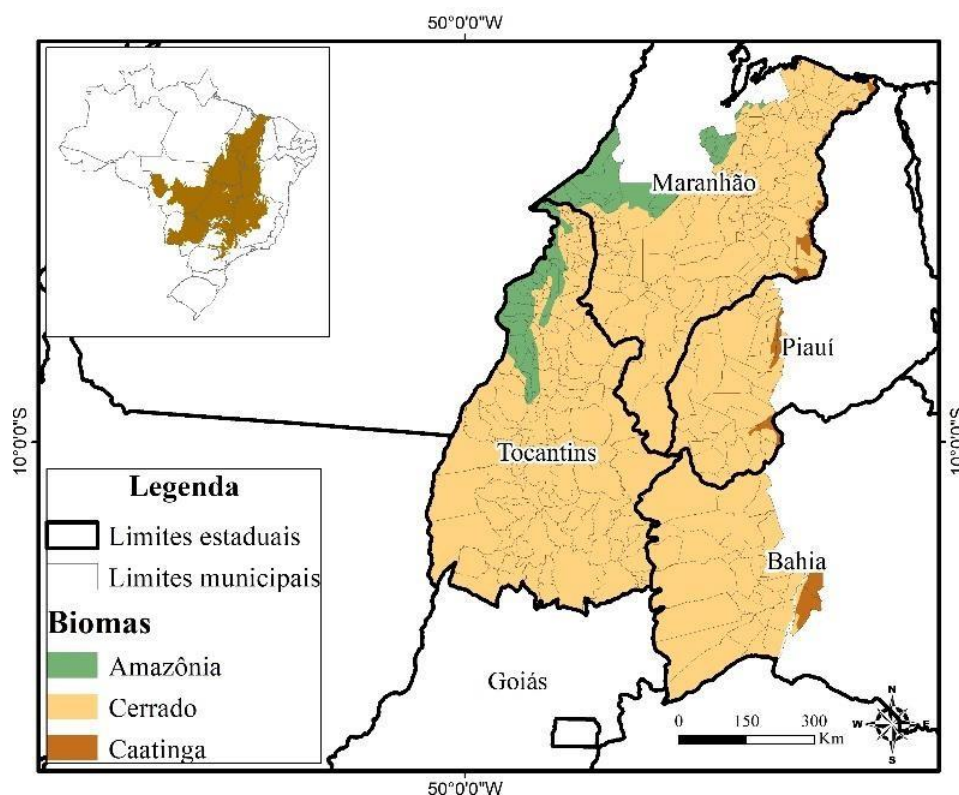
Figura 1. Mapa do MATOPIBA



Fonte: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geomática, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente e Coordenação de Geodésia e Cartografia. 2. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. 3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A regional abrange os biomas Cerrado (91%), Amazônia (7,3%) e Caatinga (1,7%). Como demonstrado no mapa a seguir:

Figura 2 – Mapa dos Biomas que compõem o MATOPIBA¹⁶



Fonte: preparado com base em Embrapa (2015) e IBGE (2016).

Segundo Bolfe et al (2016), a cobertura vegetal natural é predominantemente composta por savanas (63,6%), áreas de transição ecológica (15%) e floresta estacional decidual¹⁷ (10,7%). Quanto ao relevo, 47,9% da área consistem em

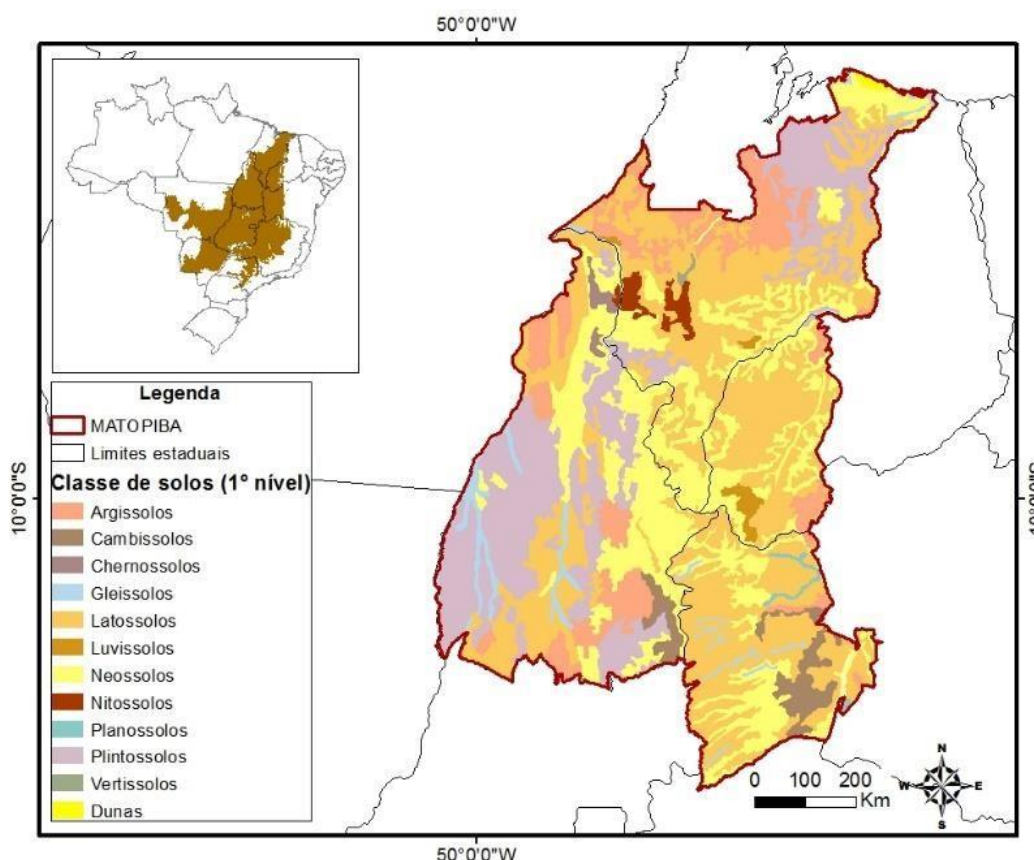
¹⁶ Mapa dos Biomas que compõem o MATOPIBA. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13045?lang=pt>

¹⁷ Este tipo de vegetação apresenta grandes áreas descontínuas localizadas no Norte para o Sul, entre a Floresta Ombrófila Aberta e a Savana (Cerrado); de Leste para Oeste, entre a Savana Estépica (Caatinga do Sertão árido) e a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia); e, finalmente, no Sul, já na área subtropical, no vale do Rio Uruguai, entre a Floresta Ombrófila Mista do Planalto Meridional e a Estepe.

terrenos planos (com inclinação de até 3%), enquanto 33,7% são suavemente ondulados (com inclinação de 3% a 8%).

O mapa a seguir representa a classificação dos solos na regional MATOPIBA:

Figura 3- Classificação dos solos no MATOPIBA¹⁸



Fonte: preparado com base em Santos et al. (2011), Embrapa (2015) e IBGE (2016).

Como visto acima, a região exibe uma ampla diversidade de solos. Bolfe et al (2016), explica que nas regiões de relevo mais elevado, os Latossolos representam (31,1%), Argissolos (12,8%), Plintossolos Pétricos (8,7%), Neossolos Quartzarênicos Órticos (8,7%) e Neossolos Litólicos (7,2%) predominam. Já nas áreas mais baixas,

¹⁸ Mapa das classificação de solos no MATOPIBA. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13045?lang=pt>

são encontrados Plintossolos Argilúvicos e Háplicos (3,9%), Gleissolos (1,0%) e Planossolos (0,9%).

De acordo com Andrade et al (2016), na região, as estações climáticas estão claramente distintas: uma temporada seca, de maio a setembro, e uma estação chuvosa, que abrange de outubro a abril. A média anual de precipitação varia de 800 mm a 2.000 mm, o que demonstra uma ampla variação na quantidade de chuva ao longo do ano. Essas diferenças sazonais têm um impacto significativo na ecologia e na agricultura da região, influenciando diretamente os padrões de cultivo, ou seja, compreender essas variações climáticas é essencial para o planejamento e a gestão de atividades que dependem das condições climáticas locais.

3.1 Fatores Determinantes: O surgimento da regional e a expansão da agricultura

O desenvolvimento da expansão da agricultura na regional MATOPIBA começou primeiramente pelo estado da Bahia, a partir de 1980. Seguidamente, avançou pelo território do Piauí que desde 1970 possuía projetos que visavam a produção de caju e bovina, mas foi somente na década de 1990 que ampliou-se a produção de grãos no estado. Já no maranhão, a produção de soja foi potencializada pela melhoria da estrutura rodoviária estadual e a transformação tecnológica na estrutura agrária. O processo descrito por Bolfe et al (2016) é detalhado no seguinte trecho:

“O processo de ocupação da agricultura mecanizada nos cerrados baianos começou na década de 1980. Áreas tidas como marginais foram transformadas em agrícolas por causa da nova realidade econômica na região, e isso dinamizou e modernizou a economia local (BATISTELLA; VALLADARES, 2009; SANTOS, 2008). No Piauí, a ocupação começou na década de 1970 com projetos para a cajucultura e a pecuária. Na década de 1990, as mudanças de uso da terra foram intensificadas por causa da produção de grãos, cuja consequência foi o desmatamento de extensas áreas (AGUIAR, 2008). A região sul-maranhense, por causa da produção de soja, transformou sua estrutura agrária tradicional de subsistência em agricultura tecnificada. A área de soja passou de 176 mil para 372 mil hectares em 2000–2005, incentivada também pela melhoria da infraestrutura rodoviária do estado (STUDTE, 2008).” (BOLFE, Edson et al, 2016, p. 39).

Segundo Pereira et al (2018), o desenvolvimento desta região agrícola foi incentivado por uma série de programas governamentais estratégicos. Um de

extrema relevância entre eles foi o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados, iniciado em 1975, com um foco específico em beneficiar os produtores do Centro-Oeste e de outras áreas do cerrado brasileiro. Outro elemento-chave desse progresso foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desempenhou um papel vital na inovação de tecnologias adaptadas aos cerrados.

Adicionalmente, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) teve um impacto significativo, estimulando a adoção de tecnologias avançadas. Os autores Nunes et al (2023) destacam a relevância dessas e de outras políticas públicas que incentivaram o avanço agrícola na região:

“Nessa lógica, pode-se afirmar que no Matopiba as políticas agrícolas que mais se destacaram foram: a pesquisa agrícola tecnológica, oriundos de pesquisa e projetos da Embrapa; a formação profissional e educação rural, tanto para a população local quanto para os produtores que vieram de outros Estados; investimentos públicos e privados, principalmente para a melhoria da infraestrutura da região, como recuperação de estradas; e o crédito rural, para compras de maquinários e insumos, e assim promover um aumento de produtividade, que, como indicado pelos resultados da pesquisa, é a variável que mais impacta nos índices de emprego e renda da região.” (NUNES et al, 2023, p. 13)

Aliado a essas políticas públicas, o baixo custo das terras foi um fator atrativo para produtores e investidores, que encontraram nessas novas áreas condições favoráveis para a implantação de cultivos como soja, algodão e milho. Essas áreas, conhecidas como chapadões, caracterizavam-se por seus terrenos planos e extensos, além de contar com recursos hídricos abundantes e um clima propício, marcado por uma intensa exposição solar. Embora o solo inicialmente apresentasse uma fertilidade relativamente baixa, a capacidade produtiva não foi comprometida, graças à aplicação de técnicas de adubação química. Esse conjunto de fatores convergiu para o crescimento impressionante da agricultura nessa região do Brasil. (PEREIRA, Caroline et al, 2018, p. 16 apud MAGALHÃES; MIRANDA, 2014).

Foi somente em 2015 que a região MATOPIBA foi oficialmente estabelecida, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), esse marco foi oficializado através da Portaria Nº 244, datada de 12 de novembro de 2015, e publicada no Diário Oficial da União. (BRUGNERA, 2017). De acordo com essa

portaria, a região abrange um território amplo e estratégico, correspondendo a uma área total de setenta e três milhões de hectares. Essa delimitação foi crucial para a gestão e o planejamento das atividades agrícolas e pecuárias nesse importante polo agropecuário brasileiro. Ela se destacou pelo potencial agrícola e pela expansão das atividades agropecuárias nas últimas décadas, impulsionando o desenvolvimento econômico e a produção de alimentos no país. A citação a seguir é da Portaria Nº 244 citado acima, que valida a delimitação territorial do MATOPIBA:

“PORTARIA No - 244, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015 A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, INTERINA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1o do art. 1o do Decreto no 8.447, de 6 de maio de 2015, e o que consta no Processo no 21000.003977/2015-43, resolve:
Art. 1º Ficam abrangidos pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA Matopiba, os municípios dos Estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, constantes do Anexo à presente Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. MARIA EMÍLIA JABER.” (Documento do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), Publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 12 de novembro de 2015)¹⁹

Após sua delimitação, o crescimento do setor do agronegócio na região expandiu-se consideravelmente. O MATOPIBA desempenhou um papel significativo na expansão da produção de soja, orientando-a de sul para norte. De acordo com Brugnara et al (2017), o destaque no cenário agrícola do MATOPIBA, formado por quatro estados, é a soja, sendo o grão líder em área, produção e exportação. Na safra 2014/15, a região produziu 10,5 milhões de toneladas de soja, das quais 60% foram destinadas à exportação, principalmente pelos portos de São Luís, no Maranhão, e Salvador, na Bahia, de acordo com dados da CONAB em 2016. SILVA, Raimunda et al (2016) destaca o desenvolvimento regional da região após a ocupação agrícola:

“A chegada de empresas e indústrias contribuiu para a economia de diversos municípios, que têm na atividade agrícola sua principal receita econômica. Pode-se citar como exemplo, dentre tantos outros, Luis Eduardo

¹⁹ Documento do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), Publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=8&data=13/11/2015&captchafield=firstAccess>

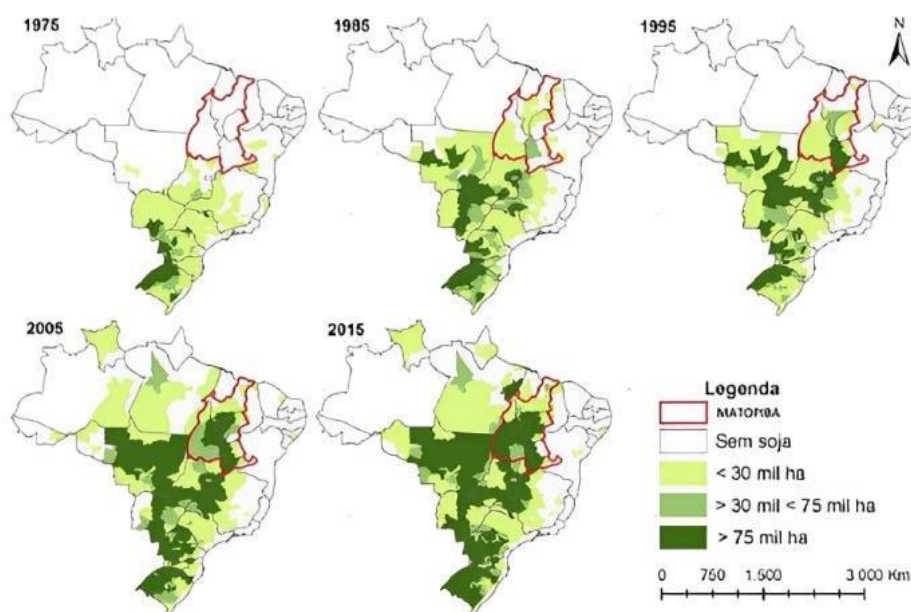
Magalhães/BA, Balsas/MA, Bom Jesus/ PI e Formoso do Araguaia/TO. Houve aumentos expressivos na geração de emprego e renda para a população, melhorias na área da saúde e educação.” (SILVA, Raimunda et al, 2016, p. 54)

Dessa forma, é visível como a diversificação da economia local, por meio da chegada de empresas, indústrias e produtores rurais, teve um impacto positivo abrangente na qualidade de vida das comunidades rurais, promovendo o crescimento econômico e melhorando os serviços públicos essenciais.

Nesse mesmo período (2014-2015), Brugnara et al (2017) afirma que o MATOPIBA alcançou a marca de 6,7 milhões de hectares plantados com diversos cultivos, incluindo arroz, algodão, milho, soja e sorgo, resultando em uma produção total de 17,7 milhões de toneladas. Desse total, a soja se destacou ocupando 3,6 milhões de hectares, contribuindo significativamente para a produção regional. Esse volume representa 11% da produção nacional de soja e reflete um aumento significativo de 60% na área de cultivo e 64% na produção em comparação com as safras 2010/11 e 2014/15. (BRUGNERA et al, 2017, p. 50)

A figura a seguir ilustra o notável avanço na produção de soja na região do MATOPIBA ao longo de um período de 40 anos, abrangendo desde antes de sua delimitação até o ano de 2015:

Figura 4 – Avanço da monocultura de soja no MATOPIBA – 1975/2015



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, Elaboração: Niederle e Wesz Jr, 2018

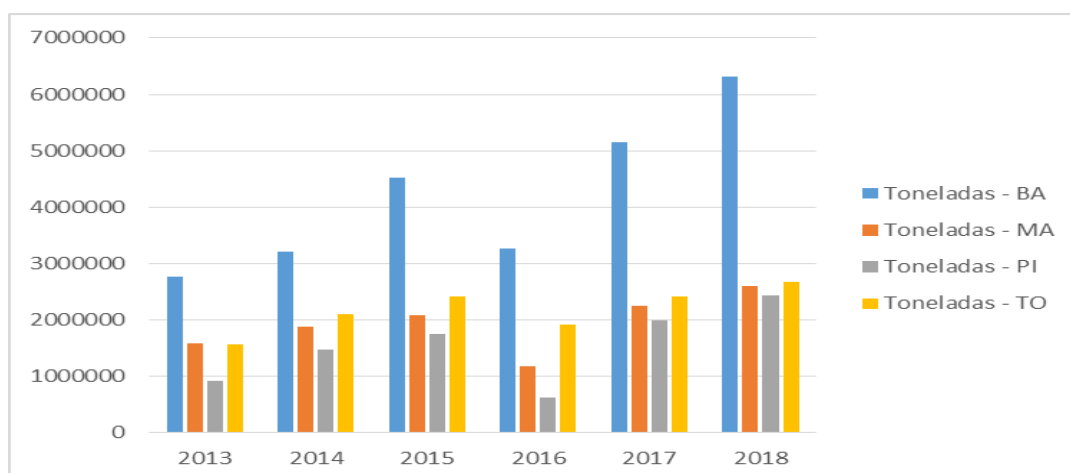
Ao analisar a figura, fica evidente que a produção de soja assumiu uma posição de protagonismo na região ao longo desse período. Essa transformação representa uma mudança notável no panorama agrícola local, onde a cultura da soja emergiu como uma força dominante. Essa ascensão da soja tem impactos significativos, não apenas no contexto regional, mas também em termos nacionais, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento econômico da região e contribuindo para a geração de renda, empregos e receitas de exportação.

No cenário atual, as áreas de cultivo estão concentradas em dois blocos que estão interligados por suas características semelhantes. Um desses blocos está localizado na região do Extremo Oeste baiano, enquanto o outro está centralizado na área central do MATOPIBA. Pereira et al (2018) confirma essas informações, destacando o município de São Desidério (BA) como líder na produção grãos:

“Em suma, a microrregião de Barreiras (BA) é a maior produtora de grãos do MATOPIBA, liderada principalmente pelo município de São Desidério, que é líder na produção de algodão, milho e soja. Os impactos do crescimento econômico já são sentidos ainda que modestamente nos indicadores sociais desta região.” (PEREIRA, Caroline et al, 2018, p. 21 apud PORCIONATTO; CASTRO; PEREIRA, 2018).

O gráfico a seguir apresenta dados que demonstram o crescimento da produção de soja em grãos na região do MATOPIBA:

Gráfico 5 - Dados de Produção de Soja (em grão) medida em Toneladas
Dados extraídos do Produção Agrícola Municipal (2013-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da EMBRAPA, 2023.

O gráfico 5 expõe dados da produção de soja em grãos nos quatro estados componentes do MATOPIBA de 2013 a 2018. Analisando esses elementos, é notório que a produção agrícola na região como um todo teve um aumento geral ao longo desses anos, com alguns picos notáveis em 2015, 2017 e 2018, onde a produção atingiu os valores mais altos.

Em 2013, a produção total era de 6.818.375 toneladas, enquanto em 2018, atingiu a marca de 14.012.453 toneladas. Isso representa um crescimento notável de aproximadamente 105% em apenas seis anos, com todos os estados contribuindo para esse aumento. Observa-se também que a produção agrícola não aumentou constantemente a cada ano, pois houve flutuações, com alguns anos registrando um aumento significativo (como 2015 e 2018) e outros mostrando uma produção menor em relação ao ano anterior. Isso pode estar relacionado a fatores como investimento em tecnologia, expansão de áreas cultivadas e condições climáticas favoráveis. Essa concentração de produção reflete o desenvolvimento e a consolidação da agricultura nessa vasta e produtiva região.

Por conseguinte, a região desempenha um papel de destaque na produção de soja, liderando em área cultivada, produção e exportação desse importante grão. Os dados demonstram que o MATOPIBA tem se consolidado como um dos principais polos agrícolas do país. Esse crescimento não se restringe apenas à produção agrícola, mas também se reflete em melhorias socioeconômicas nas comunidades locais.

É notório que, a chegada de empresas e indústrias impulsionou a economia de vários municípios, gerando empregos, aumentando a renda e contribuindo para o desenvolvimento das áreas rurais. Além disso, o MATOPIBA desempenha um papel fundamental na produção de alimentos não apenas para o Brasil, mas também para o mercado global. Sua produção de soja e outros cultivos contribui significativamente para as exportações brasileiras, consolidando o país como um importante fornecedor de alimentos para o mundo.

3.2 O papel da infraestrutura e logística no crescimento econômico do MATOPIBA

A partir do momento em que chegaram os agricultores à região, houve um aumento constante nos investimentos em infraestrutura e tecnologia direcionados ao setor agrícola. Esse crescimento demonstra o comprometimento em promover o desenvolvimento e a modernização da agricultura na área. Brugnera et al (2017) destaca essa evolução em investimentos para a região no seguinte trecho:

“Desde a chegada desses produtores, foi sendo estabelecida uma cultura empreendedora no campo, com a aplicação de alta tecnologia em insumos e maquinários, investimentos em abertura de áreas, correção de solo e irrigação. O resultado desse investimento somado a experiência dos produtores, resultou em uma das regiões de maior destaque na produção agrícola atual do Brasil, principalmente nas Modal ferroviário e transporte de soja no MATOPIBA.” (Branco et al., 2010; Branco e Caixeta Filho, 2011 apud BRUGNERA et al, 2017, p. 49)

Com a logística desempenhando um papel fundamental na infraestrutura da agricultura voltada para a exportação, uma parcela significativa da produção é direcionada para mercados internacionais. Isso implica na necessidade de contar com sistemas viários, rodovias, ferrovias, portos e outros meios de transporte adequados. Dessa forma, existem diversos meios de transporte que facilitam o escoamento e a distribuição da produção agrícola para os mercados internacionais, garantindo a eficiência e a competitividade do setor.

No contexto de transporte e logística, a região apresenta uma infraestrutura significativa, com um total de 35 aeroportos de uso público e 160 aeroportos de uso privado espalhados pelos estados que integram essa área. Essa rede de aeroportos desempenha um papel crucial na conectividade e no movimento de cargas e passageiros, contribuindo para a eficiência do transporte regional e a promoção do desenvolvimento econômico nos estados da região. Pereira et al (2018) detalha a distribuição das quantidades de aeroportos públicos e privados em cada estado:

“[...] há 35 aeroportos públicos na região do MATOPIBA sendo 11 no Estado do Maranhão, 11 no Tocantins e 10 na Bahia, além de mais três no Piauí. Entre as microrregiões, destaca-se a existência de 3 aeroportos em Gerais das Balsas (MA), 3 em Barreiras (BA) e 4 em Santa Maria da Vitória (BA). Além dos aeroportos públicos, há também 160 aeroportos privados distribuídos pela região do MATOPIBA, embora a distribuição deles não seja tão uniforme: Bahia (72), Tocantins (40), Maranhão (33) e Piauí (15).

Considerando apenas o Estado da Bahia, é interessante notar que o município de São Desidério, o maior PIB do MATOPIBA e uma das maiores cidades do agronegócio brasileiro, possui 25 aeroportos privados. (AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, 2018).” (PEREIRA, Caroline et al, 2018, p. 29)

No que se refere aos portos fluviais no MATOPIBA, há um total de 41 portos divididos entre os quatro estados da região. Já em relação aos portos marítimos, utiliza-se o de Porto de Itaqui, localizado no Maranhão e o Porto de Ilhéus, situado na Bahia. Esses portos facilitam o escoamento da produção agrícola e contribuem para a eficiência do comércio, bem como, a distribuição de produtos na região e para além dela. Além disso, desempenham um papel importante quanto ao acesso a rotas comerciais estratégicas. Pereira et al (2018) especifica a quantidade exata em cada estado e sua localização a seguir:

“Em relação a portos fluviais, há 41 no MATOPIBA, distribuídos em: Bahia (8), Maranhão (13), Piauí (8) e Tocantins (10). Os portos estão localizados principalmente no rio Araguaia, que margeia a divisa entre os Estados do Pará e do Tocantins, e no rio Parnaíba, que margeia a divisa entre os Estados do Maranhão e Piauí. Também há portos no centro do Tocantins, nos municípios de Palmas, Porto Nacional e Miracema do Tocantins, sobre o rio Tocantins, o qual também abriga os portos de Carolina, Imperatriz e Porto Franco, no Maranhão. Já os portos localizados na porção sudeste baiana estão localizados no rio São Francisco.” (PEREIRA, Caroline et al, 2018, p. 29)

Quanto as ferrovias, a única que está em funcionamento é a Ferrovia Norte-Sul que conecta o estado do Maranhão ao Tocantins e outras regiões do país, ela desempenha um papel significativo no transporte de soja e outros produtos agrícolas da região para os portos marítimos. O mapa abaixo apresenta a passagem da Ferrovia Norte-Sul pela região do MATOPIBA:

Figura 5 – Passagem da Ferrovia Norte-Sul no MATOPIBA²⁰



Trecho Norte: Inicia em Açailândia, no estado do Maranhão, passando por Porto Nacional, em Tocantins, até alcançar Palmas, capital do estado. Trecho Central: De Palmas, a ferrovia segue em direção ao interior de Goiás, alcançando Anápolis. Trecho Sul: Vai de Anápolis até Estrela D'Oeste, em São Paulo. Fonte: Ferrovia Norte-Sul, Valec, Maio de 2014.

Fonte: Portal Centro Oeste Brasil, 2014.

Entretanto, existem ferrovias em construção como a Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) por exemplo, que está em obras desde 2011 e tem o objetivo de ligar o interior do Brasil ao litoral da Bahia. Outra ferrovia que está em planejamento é a Transnordestina, esta visa interligar os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Por fim, a Ferrovia Integração Centro-Oeste (FICO) que está planejada para interligar o Tocantins a outras regiões do país. Brugnara et al (2017), afirma a relevância dessas ferrovias quando prontas, pois haverá melhoria da infraestrutura e do transporte da produção na regional:

²⁰ Mapa da Ferrovia Norte-Sul pelo MATOPIBA. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Ferrovia-Norte-Sul-FNS/a-Ferrovia.shtml>

“Depois de finalizadas as obras, a infraestrutura logística do MATOPIBA passará a ter o modal ferroviário como base onde a Ferrovia Norte-Sul será o eixo principal de toda a malha, sendo o corredor de maior volume a ser escoado na região, e possibilitará a interligação entre as ferrovias Transnordestina e a de Integração Oeste-Leste (Eid, 2016). O MATOPIBA contará com aproximadamente 5.000 km de ferrovias, com rotas e terminais de recepção de cargas pelos quatro estados, cortando as principais regiões produtoras de cada estado.” (BRUGNERA et al, 2017, p. 54)

Segundo Pereira et al (2018), o transporte por rodovias é o método predominante na região, e a área central do MATOPIBA apresenta um maior número de estradas em construção em comparação com outras partes da região. Isso é especialmente notável nas regiões do extremo oeste baiano, Tocantins e Piauí, onde os esforços de expansão da infraestrutura rodoviária estão em destaque. Todavia, os autores ressaltam que, embora haja uma extensa rede de estradas, elas não representam a opção mais econômica para o transporte da produção, no entanto, ainda são amplamente utilizadas:

“Muito embora a existência de rodovias seja sinal de desenvolvimento regional, elas não são a melhor opção para o transporte de cargas, principalmente agrícolas, pelo alto custo do frete em relação aos outros modais de transporte, como hidroviário e ferroviário. Ademais, é considerado pouco adequado para o transporte de grãos de baixo valor agregado em distâncias superiores a 150 km, sendo mesmo assim o modal mais utilizado, resultando em custos maiores e congestionamentos de caminhões nas regiões portuárias nos períodos de safra (CASTRO, 2017).” (Caroline et al, 2018, p. 30-31)

Em resumo, o progresso e a modernização da infraestrutura de transporte e logística desempenham um papel fundamental no crescimento da agricultura na região do MATOPIBA. À medida que a região se consolida como um polo agrícola de destaque, é imprescindível continuar investindo e aprimorando essa infraestrutura para garantir a manutenção do sucesso no mercado nacional e internacional. Essa evolução na infraestrutura não apenas beneficia o setor agrícola, mas também tem impactos positivos em toda a economia regional.

A melhoria na conectividade e na eficiência do escoamento da produção, impulsiona a competitividade dos agricultores e atrai investimentos em setores relacionados, como processamento de alimentos, armazenamento, distribuição e serviços logísticos. Isso, por sua vez, gera empregos, aumenta a arrecadação fiscal e fortalece as comunidades locais.

Além disso, a expansão das ferrovias e o aprimoramento das estradas e portos desempenham um papel estratégico na integração regional, conectando áreas remotas aos mercados globais. Isso não apenas melhora o acesso a serviços e oportunidades, mas também contribui para a redução das disparidades econômicas e sociais dentro da região. A relevância da logística como um elemento crucial e estratégico para a eficiência de todo o processo de transporte e armazenamento, é enfatizada pela autora Scoleso (2022):

“A importância da logística na formação atual do modo de produção capitalista está inserida na revalorização deste setor como fruto da concorrência global imposta pela mundialização do capital. Vale mencionar que a circulação de mercadorias redefine os usos do território e, conseqüentemente na sua reestruturação. A atividade de transporte e armazenamento tornam-se vias essenciais de uma economia cada vez mais financeirizada/rentista.” (SCOLESO, 2022, p. 88)

Em síntese, a logística desempenha um papel fundamental na competição global, tornando-se essencial para a gestão eficiente de fluxos de bens, informações e recursos. A globalização do capital aumentou a pressão sobre as empresas para melhorar a logística, resultando na revalorização deste setor. Além disso, a circulação de mercadorias influencia a reestruturação territorial, à medida que as empresas buscam localizações estratégicas para suas operações logísticas.

Portanto, a infraestrutura de transporte e logística não é apenas um facilitador do sucesso na agricultura, mas também um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida nas regiões do MATOPIBA. À medida que a região continua a crescer e se desenvolver, é vital manter o compromisso contínuo com investimentos e melhorias nesse setor para assegurar e ampliar os benefícios para todos os envolvidos.

3.3 MATOPIBA: um território moldado pelo capital?

Marx (1867) contribuiu com análises fundamentais sobre a relação entre o capital e a transformação de territórios. Em sua obra "O Capital", ele explorou como o capitalismo molda não apenas as relações de produção, mas também o espaço geográfico em que ocorre a produção econômica:

“Resultado geral: o capital, ao incorporar os dois formadores originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, adquire uma força expansiva que lhe permite estender os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente fixados por sua própria grandeza, limites estabelecidos pelo valor e pela massa dos meios de produção já produzidos, nos quais o capital tem sua existência. Outro fator importante na acumulação do capital é o grau de produtividade do trabalho social.” MARX, 1867, p. 826²¹

Esse trecho de Marx, faz referência à natureza expansiva do capitalismo e à maneira como o capital busca se expandir para além de seus próprios limites aparentes. Em relação ao que foi abordado anteriormente, os investimentos em infraestrutura, modernização agrícola e exploração de recursos naturais no MATOPIBA podem ser interpretados como estratégias adotadas pelos agentes capitalistas (produtores, empresas agrícolas, investidores) em busca da acumulação de capital. Ao incorporar a força de trabalho local e a terra disponível na região, esses agentes buscam aumentar a produção de commodities agrícolas, como a soja, o milho e o algodão, que são commodities valorizadas no mercado global.

A exploração da terra no MATOPIBA envolve a expansão de áreas de cultivo, muitas vezes resultando na conversão de áreas de vegetação nativa em terras agrícolas. Essa transformação da paisagem é impulsionada pela busca por maiores áreas de cultivo e, conseqüentemente, por maiores volumes de produção. Sob a influência do capital, essa região foi transformada de maneira notável. Grandes investimentos foram canalizados para a aquisição de terras, aprimoramento da infraestrutura de transporte, modernização da agricultura e expansão das atividades produtivas. Isso culminou na criação de um território produtivo altamente eficiente e

21 MARX, Karl. O Capital. Livro 1. 1867. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>.

integrado aos mercados globais. Isso se alinha com a ideia de que o capital busca expandir-se além dos limites iniciais, como discutido por Marx.

Além disso, a exploração da força de trabalho no MATOPIBA envolve a contratação de trabalhadores rurais, muitas vezes em condições de trabalho que podem refletir relações capitalistas, como salários e jornadas de trabalho. O aumento da produtividade, por meio da introdução de tecnologia e técnicas modernas de cultivo, é fundamental para maximizar os lucros e a acumulação de capital, como Marx destacou em seus escritos.

Portanto, os processos de transformação territorial no MATOPIBA podem ser compreendidos à luz das dinâmicas gerais do capitalismo, em que a busca por acumulação de capital leva à exploração de recursos naturais e força de trabalho, à expansão das atividades produtivas e à busca incessante por maior produtividade e lucro.

Conclui-se então que o MATOPIBA é um território que foi significativamente moldado e transformado pelo capital ao longo do tempo. O desenvolvimento agrícola nessa região do Brasil foi impulsionado por investimentos consideráveis de capital, que financiaram a expansão da infraestrutura, a modernização da agricultura e a integração dos mercados globais. Como resultado, a regional se tornou um importante polo agrícola e um exemplo de como o capital desempenha um papel central na formação e no desenvolvimento de territórios produtivos.

No quarto capítulo, será focado particularmente na dinâmica das exportações de soja entre o Brasil e a China. Dentro desse cenário, busca-se realizar uma análise detalhada da Agenda Brasil-China, abordando suas origens, objetivos e influência nas transações comerciais entre essas duas nações. Adicionalmente, será analisada a importância estratégica dessa parceria para ambas as partes, assim como os efeitos do MATOPIBA nessa relação, destacando a importância fundamental das relações comerciais não apenas para a economia global, mas também para a economia nacional.

4 COOPERAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-CHINA: AVANÇO E PERSPECTIVAS

Para iniciar este capítulo, será analisado o período em que as relações entre o Brasil e a China experimentaram um fortalecimento significativo durante os governos de Lula e Dilma, com foco na criação e evolução da Agenda Brasil-China. Esta fase teve um importante marco nas interações bilaterais entre essas nações, com impactos substanciais em diversos setores. Em seguida, será examinado a importância da contribuição do MATOPIBA nas exportações de soja para a China.

4.1 A construção da Agenda Brasil-China sob os governos de Lula e Dilma

No início do século XXI, testemunhou-se um notável crescimento nas relações comerciais entre Brasil e China. Esse fenômeno pode ser explicado por uma série de fatores que moldaram a dinâmica econômica entre essas duas nações. Em primeiro lugar, o fim do Plano Real no Brasil desempenhou um papel importante, levando à quebra da paridade entre o real brasileiro e o dólar norte-americano. Isso resultou em uma desvalorização da moeda brasileira, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional e atraindo o interesse da China, uma das principais economias do mundo. (BECARD, 2011, p. 36)

Além disso, a superação da crise financeira na Ásia (1997-1999), também contribuiu para o crescimento das relações sino-brasileiras. A China emergiu como um importante motor de crescimento global, impulsionando a demanda por commodities, como minério de ferro e soja, que o Brasil tinha em abundância. Isso criou uma sinergia econômica entre os dois países, à medida que a China buscava recursos naturais para sustentar seu rápido desenvolvimento econômico.

Na perspectiva de Berringer et al (2020), a partir da ascensão de Hu Jintao à presidência, o governo chinês reafirmou seu compromisso com uma política externa pautada na busca pela paz, estabilidade e desenvolvimento. Nesse contexto, a China buscou fortalecer seus laços com nações em desenvolvimento, entre as quais se incluía o Brasil. Por sua vez, o governo brasileiro almejava uma maior presença e participação no cenário internacional, o que, em certas análises, poderia ser

interpretado como uma relação de "subordinação". (BERRINGER et al, 2020, p. 161-162)

No ano de 2004, o presidente Lula fez a sua primeira viagem ao Estado chinês. Posteriormente, o governo brasileiro concedeu à China o status de economia de mercado e trouxe novos acordos bilaterais entre os dois países, além da criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)²², uma agenda política para incentivar o diálogo e a cooperação, sendo seu propósito fundamental garantir que a população tenha acesso constante a alimentos de alto padrão, sem prejudicar a satisfação de outras necessidades vitais.

As principais atividades da COSBAN incluem: o desenvolvimento de políticas públicas, a vigilância da segurança alimentar, iniciativas educacionais de conscientização, apoio à agricultura familiar, ações para minimizar o desperdício de alimentos e a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Todas essas iniciativas buscam fortalecer uma aliança duradoura comandada pelos representantes estatais dos dois países envolvidos. (Berringer et al, 2020).

Os autores Becard (2011) e Berringer et al (2020) destacam os objetivos do Brasil com a visita mencionada acima:

“A respeito da viagem mencionada, Becard (2011) aponta que “acreditava o Brasil que a China estava em condições de contribuir com seu progresso, sobretudo por meio de investimentos na infraestrutura e da aquisição de produtos brasileiros” e “o saldo final da visita foi nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados” (BERRINGER et al, 2020 apud BECARD, 2011, p. 37).

Dessa forma, o Brasil via na China uma oportunidade para impulsionar seu desenvolvimento, por meio de investimentos em infraestrutura e aquisições de produtos brasileiros. A visita resultou em vários acordos comerciais e contratos empresariais, demonstrando a importância da parceria sino-brasileira em vários aspectos. O estabelecimento de estruturas como a COSBAN e a concessão do status de economia de mercado à China, são marcos significativos dessa trajetória de colaboração.

²² Para obter informações adicionais, você pode consultar o seguinte texto, que fornece uma descrição abrangente desta comissão: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25785>

Assim, conforme destacado por Berringer et al (2020), sob a presidência de Lula, o Brasil começou a enxergar a China como uma nação que ofereceria vantagens tanto no âmbito político, através da representação em conferências internacionais, quanto no econômico, estabelecendo-se como uma parceria estratégica para impulsionar as exportações e proporcionar oportunidades de investimento estrangeiro no país.

Perante essa realidade, em 2008 o Brasil criou a “Agenda Brasil-China” com o intuito de impulsionar e equilibrar a relação comercial bilateral, da seguinte forma:

“i) aumentar o conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado do que os já tradicionalmente exportados; ii) equilibrar de modo quantitativo e qualitativo a balança comercial sinobrasileira, por meio do aumento da exportação de produtos industrializados brasileiros; iii) incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais, atendendo ao crescimento da demanda por produtos que a China tem dificuldade em garantir autossuficiência e aproveitando a sazonalidade da produção; iv) aumentar a participação brasileira em missões, feiras e projetos específicos com a China, de modo a permitir o incremento de ações coordenadas entre parceiros de ambos os países. Foram igualmente contempladas pela Agenda iniciativas de atração de investimentos chineses para o Brasil, inclusive nas áreas de infraestrutura e logística.” (BERRINGER et al, 2020, p. 163-164 apud BECARD, 2011)

Em síntese, a Agenda Brasil-China estabelece diretrizes fundamentais para aprofundar a parceria econômica e comercial entre os dois países. Ela enfatiza o aumento da tecnologia e indústria nas exportações com destino a China, a busca por um equilíbrio tanto quantitativo quanto qualitativo na balança comercial, o aproveitamento da crescente demanda chinesa por produtos intensivos em recursos naturais e a promoção de uma cooperação mais estreita por meio de missões conjuntas e capital chinês em setores-chave do Brasil, como rede de transporte e cadeia logística. Essa agenda busca fortalecer a relação estratégica entre o Brasil e a China, visando benefícios mútuos e uma colaboração mais eficiente.

No ano de 2009 o presidente Lula fez a sua segunda visita ao Estado chinês, marcando o 35º aniversário das relações sino-brasileiras. Durante essa visita, as duas nações emitiram um comunicado conjunto, no qual reiteraram seu compromisso em fortalecer a cooperação bilateral:

“[...] Os dois países assinaram acordos de cooperação em política, lei, ciência, espaço, finanças, portos, energia e produtos agrícolas, entre outras áreas. O presidente brasileiro reitera no comunicado a adesão de seu país à

política de Uma Só China e admite que a República Popular da China é o único governo legal da China e que Taiwan é parte do país, posição que o presidente Hu elogiou enormemente. As duas partes enfatizaram o importante papel do comitê de coordenação e cooperação bilateral de alto nível para dirigir as relações em todos os setores. Os dois países concordaram em manter visitas de alto nível e fortalecer o projeto estratégico sobre as relações entre ambos os países através de mecanismos bilaterais como o diálogo estratégico, as consultas políticas entre os dois ministérios do Exterior e os órgãos parlamentares. Também concordaram em realizar o segundo diálogo estratégico na segunda metade deste ano, assinala o comunicado. Os dois líderes decidiram elaborar um plano de ação conjunto de 2010 a 2014, que abrangeria todas as áreas de cooperação bilateral existentes. Expressaram sua satisfação pela melhoria na cooperação bilateral econômica e comercial e prometeram promover mais a diversificação do comércio e o crescimento do comércio bilateral. Prometeram promover a cooperação e eliminar os obstáculos nas áreas alfandegárias e controle de qualidade para garantir a segurança e oferecer facilidades ao comércio bilateral. As duas partes incentivam os departamentos e empresas correspondentes que realizem investimentos nas áreas de construção de infraestrutura, energia, minerais, agricultura, indústria e indústrias de alta tecnologia. Segundo o comunicado, as duas partes desejam fortalecer os diálogos sobre políticas macroeconômicas dentro do mecanismo do diálogo bilateral entre os dois ministérios de finanças. Os dois presidentes concordaram em aumentar a cooperação espacial e continuar o trabalho conjunto em pesquisa via satélite. O documento assinala que ambas as partes também concordaram em ampliar a cooperação em educação, cultura, imprensa, turismo e esportes. China dá boas-vindas ao Brasil para que estabeleça um consulado geral em Guangzhou, cidade capital da Província de Guandong, sul da China. As duas nações em desenvolvimento concordaram em manter estreitos contatos dentro dos Marcos do Grupo dos 5 (G5) e do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e em melhorar a coordenação com outros países em desenvolvimento para aumentar a participação e expressões dos países em desenvolvimento nos assuntos internacionais. [...]” (China e Brasil emitem comunicado conjunto para impulsionar parceria estratégica, Embaixada da República Popular da China no Brasil, 21 de maio de 2009)²³

Em resumo, o Brasil e a China ratificaram acordos abrangendo diversas áreas, incluindo política, lei, ciência, espaço, finanças, portos, energia e produtos agrícolas. O Brasil reiterou seu apoio à "Política de Uma Só China" e reconheceu a China como o governo legítimo, incluindo Taiwan como parte da China. Ambos os países enfatizaram a importância do comitê de coordenação bilateral de alto nível, e concordaram em fortalecer os diálogos estratégicos e a cooperação em várias áreas.

Adicionalmente, foi ratificado o inaugural Plano de Ação Conjunta (PAC) para o quadriênio de 2010 a 2014, com o propósito de diminuir as disparidades entre

²³ China e Brasil emitem comunicado conjunto para impulsionar parceria estratégica, Embaixada da República Popular da China no Brasil, 21 de maio de 2009. Disponível em: http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/200905/t20090521_4348917.htm

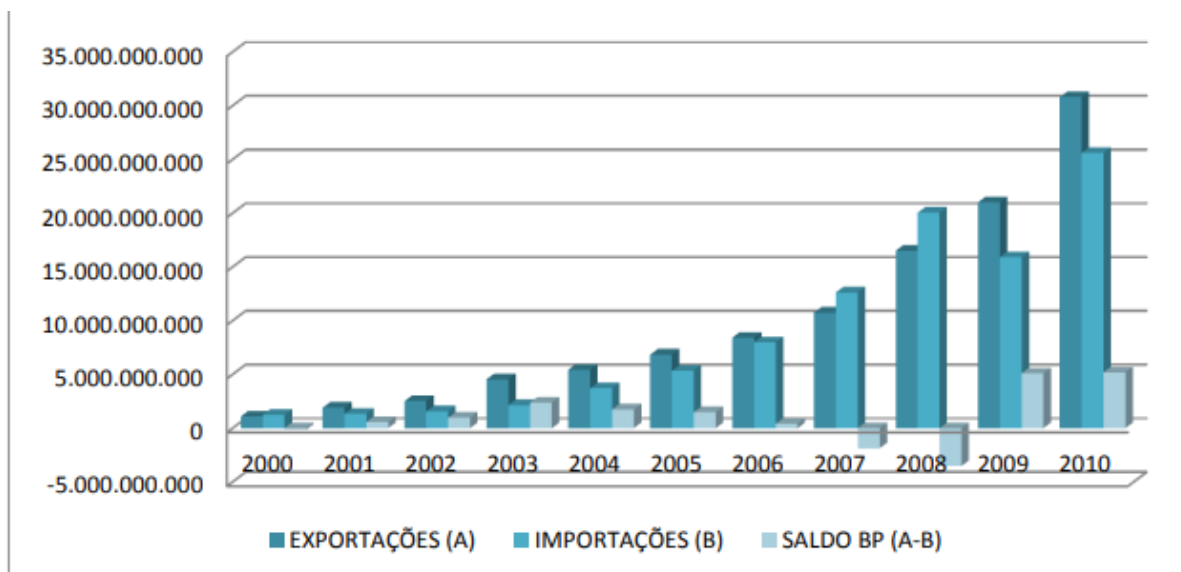
ambos os Estados e direcionar de forma mais eficaz suas interações bilaterais. Por fim, a visita destacou o compromisso com o comércio diversificado, a cooperação em infraestrutura, a pesquisa espacial e a cooperação cultural e educacional.

Em acréscimo, vale ressaltar a relevância do BRIC²⁴ nesse acordo, um grupo composto pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, atualmente, a África do Sul, tornando-se BRICS. Este bloco desempenha um papel de grande importância para o Brasil, pois promove a colaboração entre nações em busca de maior desenvolvimento econômico. Além disso, intensifica ainda mais as relações entre o Brasil e a China, fortalecendo os laços entre essas duas nações, assim como sendo crucial para abordar questões de interesse mútuo e criar oportunidades de crescimento compartilhado.

De 2009 em diante a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, expandindo gradualmente suas importações de produtos brasileiros e aumentando seus investimentos no país. Com base no autor Becard (2011), em 2010 as exportações com destino a China alcançaram a marca de US\$ 30 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 26 bilhões. (BECARD, 2011, p. 41). É perceptível a evolução dessas exportações no seguinte gráfico.

²⁴ Para mais informações à respeito desse bloco acesse:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bric>

Gráfico 6 - Série Histórica: Balança Comercial Brasileira com a China (2000-2010) em milhares de \$²⁵



Fonte: MDIC/SECEX – Elaborada pelo autor Guilherme Octávio Morais Costa, 2015.

Ao examinar este gráfico, observa-se claramente um significativo aumento tanto nas exportações quanto nas importações entre as duas nações, isso corrobora o que foi mencionado anteriormente. No ano de 2010, as exportações brasileiras para a China atingiram a marca de US\$30 bilhões de dólares, durante o período em que o Brasil era governado por Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o seu governo, houve um foco considerável na expansão das parcerias comerciais, o que contribuiu para os números notáveis apresentados no gráfico. Essa relação comercial continuou a se desenvolver nas décadas seguintes, desempenhando um papel crucial na economia de ambos os países e consolidando a China como um parceiro comercial fundamental para o Brasil.

Em continuidade, a partir da gestão da Presidenta Dilma Rousseff, a intenção era manter e fortalecer a parceria vantajosa entre o Brasil e a China. A Presidenta Dilma realizou uma viagem oficial ao território chinês em 2011, com o objetivo de

²⁵ Série Histórica: Balança Comercial com a China (2000-2010) Fonte: MDIC/SECEX – Elaborada pelo autor Guilherme Octávio Morais Costa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132468/000855880.pdf?sequenc>

consolidar essa parceria e buscar novos acordos. De acordo com o autor Becard (2011), essa visita resultou em benefícios para o país, tais como:

i) abertura de novas oportunidades de negócios para empresas brasileiras, a exemplo da concessão de autorização para que três empresas brasileiras vendam carne suína à China, com estimativa de venda de 200 mil toneladas de carne por ano; da venda de 20 jatos modelo 190 da Embraer para as companhias chinesas CDB Leasing e Hebei Airlines; da instalação do banco chinês Industrial and Commercial Bank of China Ltd. no Brasil, com capital inicial de US\$ 100 milhões, a ser utilizado por empresas brasileiras e chinesas em suas atividades de comércio exterior; ii) proposta de investimentos chineses em Campinas de US\$ 300 milhões na construção de um centro de pesquisa em tecnologia, a serem realizados pela empresa Huawei; de investimentos chineses de milhões na cidade de Barreiras (BA) para a implantação de uma fábrica de processamento de soja; de investimentos chineses também de US\$ 300 milhões em uma planta de produção e equipamentos de informação no estado de Goiás; de investimentos chineses de US\$ 12 bilhões para a construção de uma fábrica de telas numéricas de cristal líquido para computadores e tablets (ipad) na Zona Franca de Manaus pela empresa Foxconn; de investimentos brasileiros na China para construção de uma linha de produção de jatos executivos Legacy 600/650; iii) promoção de cooperação bilateral na área de inovação por meio da criação do Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras em Energia na Universidade de Tsinghua de Pequim, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. O centro também deverá permitir o desenvolvimento de projetos bilaterais em energia eólica e biodiesel com a Academia de Ciências da China. (BECARD, 2011, p. 42-43)

Em síntese, o comparecimento da presidenta Dilma ao Estado chinês trouxe uma série de oportunidades comerciais e parcerias entre o Brasil e a China. Isso envolve a exportação de carne suína brasileira para a China, a venda de aeronaves da Embraer para empresas chinesas e o estabelecimento de uma filial do Industrial and Commercial Bank of China Ltd. no Brasil, destinada a apoiar atividades de comércio exterior entre empresas dos dois países.

Além disso, conquistou investimentos chineses significativos em várias regiões do Brasil, abrangendo setores como tecnologia, processamento de soja, fabricação de equipamentos de informática e produção de telas de cristal líquido para dispositivos eletrônicos. Adicionalmente, houve a criação do Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras em Energia, que visa a cooperação em projetos de energia renovável e inovação tecnológica. Essas iniciativas refletem o prosseguimento na relação de colaboração econômica e tecnológica entre o Brasil e a China, abrindo portas para novas oportunidades de negócios e avanços em diversos campos.

Como é amplamente conhecido, a China tem feito investimentos substanciais no Brasil. Dessa forma, convém mencionar brevemente a repercussão dessa alocação de recursos advindo de empresas chinesas com interesse no Brasil.

De acordo com os autores LIMA, Débora et al, a partir de 2007, o setor agrícola brasileiro atraiu, em média, cerca de 83% do Investimento Estrangeiro Direto proveniente da China. É importante destacar o papel significativo desempenhado por empresas como Chongqing Grain Group (CGG), COFCO, Hopi Investment e Shanghai Pengxin que contribuíram de maneira significativa para o mercado global nesse setor, principalmente no que diz respeito à soja. (LIMA, Débora et al, 2020, p. 376-380).

A autora Furtado (2021) também destaca a importância do grupo ABCD²⁶ NOW (que relaciona-se com as empresas ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, Noble, Olan e Wilmar) da China focado na agricultura empresarial. (FURTADO, 2021, p. 09)

A seguir, Lima, Débora et al (2020) enfatiza os aportes financeiros e objetivos dessas corporações neste segmento no Brasil:

“Destacamos aqui as transações no valor de 104,57 milhões de dólares realizadas pela COFCO Internacional entre abril de 2013 e abril de 2014. Esses investimentos foram realizados no âmbito da cadeia produtiva da soja e não contabilizam as aquisições de terras pelas empresas chinesas. Nesse sentido, a organização não governamental GRAIN mostra que 400mil hectares de terra no país estavam em processo de aquisição por duas empresas chinesas em 2010 e 2012, sendo, respectivamente, investimentos mantidos pelas companhias Chongqing Grain Group e Pengxin Group. Os investimentos da primeira se concentram no complexo da soja, ao passo que os da segunda estão distribuídos entre o complexo da soja e o do algodão (GRAIN, 2012).” (LIMA, Débora et al, 2020, p. 380)

Como visto na citação acima, é inegável a importância dessas empresas pois impulsionam cada vez mais o agronegócio brasileiro, principalmente relacionado a commodity soja que é de extrema relevância para o mercado global, elas contribuem

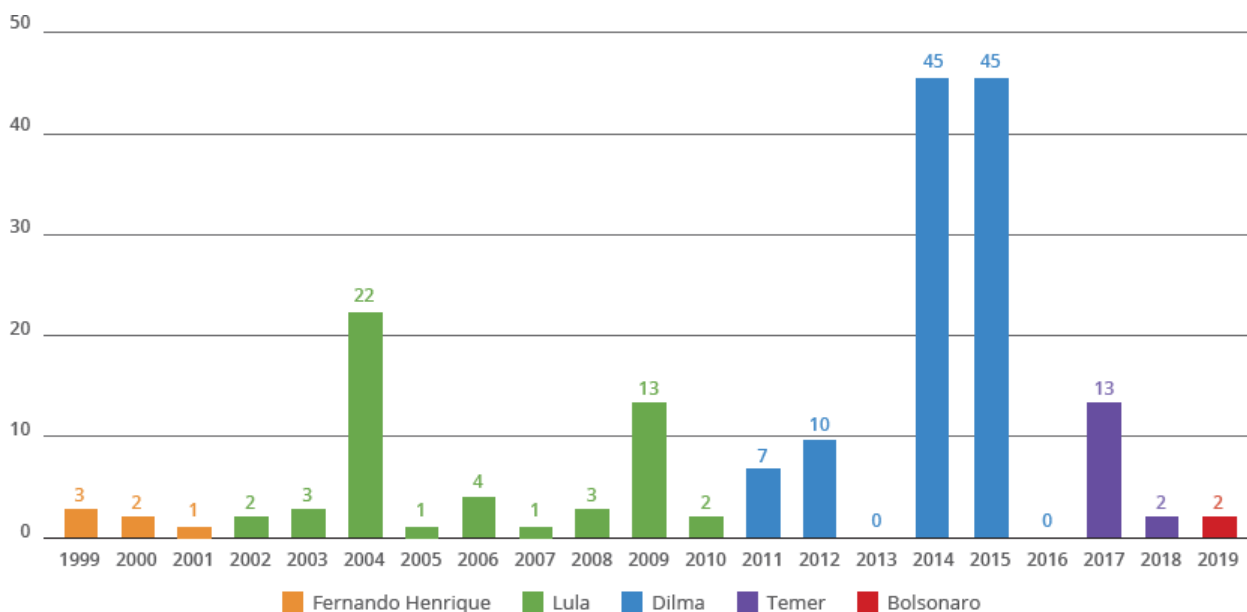
²⁶ Para saber mais informações à respeito desse grupo, acesse: <https://varos.com.br/blog/artigo/abcd-do-agro-quais-empresas-fazem-parte>

através de investimentos e proporcionam condições necessárias para que o Brasil possa aumentar significativamente sua produção e fortalecer sua economia.

Nos anos seguintes (2009-2016), o governo brasileiro enfrentou uma série de desafios, conforme mencionado no capítulo 1 deste trabalho. Isso incluiu questões como o déficit na balança comercial, a crise de junho de 2013, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, assim como a troca de liderança no país. No entanto, apesar desses obstáculos, a base sólida estabelecida na relação entre o Brasil e a China, através de diversos acordos, incluindo a agenda Brasil-China iniciada durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, permitiu que essa conexão entre os dois países perdurasse e se fortalecesse com o passar dos anos.

Os governos subsequentes também se empenharam em dar continuidade e aprimorar essa relação benéfica em diversos setores, reconhecendo seu valor estratégico. O gráfico abaixo demonstra a continuidade desta parceria ao longo dos governos seguintes:

Gráfico 7 – Número de acordos entre Brasil e China por ano e por governo



Fontes: Embaixada da República Popular da China do Brasil, Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores, Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, 2019. Elaboração feita pelos autores: Clara Giffoni, Anna Becker e Manuela Pestana.

Através do gráfico 7 é evidente a permanência dessa relação, apesar de haver um declínio nos governos de Temer e Bolsonaro, ela persistiu. Essa parceria abrange uma ampla gama de áreas, desde comércio até a cooperação em pesquisa

e desenvolvimento, e tem desempenhado um papel fundamental no cenário internacional, impulsionando o crescimento econômico e fortalecendo os laços diplomáticos entre as duas nações. Portanto, mesmo diante de desafios políticos e econômicos, a relação Brasil-China permaneceu resiliente e produtiva, contribuindo para o desenvolvimento de ambos os países.

4.2 A soja do MATOPIBA: um fator de peso nas relações Brasil-China

Conforme mencionado no capítulo 3, a economia do território do MATOPIBA cresceu exponencialmente, principalmente com relação a soja, assim como as exportações vindas dessa regional aumentaram gradativamente desde a sua delimitação. Quanto a comercialização dessa região com a China, teve início nos anos 2000 juntamente ao “boom” das commodities e a necessidade chinesa por elas. De acordo com um estudo realizado por Lima, Débora et al (2020), o estado do Maranhão foi o principal estado do MATOPIBA a exportar soja para a China em 2000, totalizando um valor de US\$10.642.387 dólares naquele ano, o que equivale a uma média de 59,3 mil toneladas enviadas. (LIMA, Débora et al, 2020, p. 376-377)

O autor Guitarrara (2018) aborda a trajetória das exportações de soja dessa região para a China de 2000 em diante na seguinte passagem:

“A China adquiriu, entre 2000 e 2004, 159.139 toneladas de soja provenientes apenas de dois estados da região: Maranhão e Tocantins. A partir de 2005, entretanto, os quatro estados passam a fornecer o produto. A partir de 2010 é a Bahia que lidera as exportações, tendo, entre 2010 e 2014, enviado 5,5 milhões de toneladas ao país asiático. O segundo lugar fica como Maranhão, que exporta pouco mais de 3 milhões de toneladas no mesmo período. Os anos de 2015 e 2016 experimentam uma queda no envio de soja à China, principalmente 2016 em função do cenário econômico interno do país asiático. Considerando a região do MATOPIBA, são enviados ao todo, 4,57 milhões de toneladas de soja para a China em 2015, valor que chega a 2,3 milhões no ano seguinte. Em 2017 há uma rápida recuperação desses índices, tendo havido um escoamento de 5,5 milhões de toneladas, dos quais 41,9% provenientes da Bahia. (COMEXSTAT, 2018).” (GUITARRARA, 2018, p. 124-125)

Conforme mencionado anteriormente, inicialmente os dois estados do MATOPIBA que começaram a exportar soja para a China foram Maranhão e Tocantins, apenas em 2005 que os quatro estados participam em conjunto dessas exportações. Em 2010, a Bahia assume a liderança nas exportações, enviando 5,5 milhões de toneladas para a China entre 2010 e 2014, seguida pelo Maranhão com

pouco mais de 3 milhões de toneladas no mesmo período. Nos anos de 2015 e 2016, ocorre uma redução nas exportações de soja para a China, devido à situação econômica interna do país asiático. No entanto, em 2017, ocorreu uma significativa restauração desses números, com um total de 5,5 milhões de toneladas exportadas, sendo 41,9% exportado da Bahia.

Segundo a pesquisa da autora Furtado, Paloma (2020), no período de 2012 a 2017 as exportações de soja do MATOPIBA para a China registraram um aumento significativo de 176%, alcançando em 2017 US\$1,85 bilhão, equivalendo a 9,1% das exportações dessa commodity para o Estado chinês. O MATOPIBA teve um recorde em 2019, apesar do Brasil sofrer uma queda nas exportações nesse mesmo ano. Os autores afirmam através de seu estudo que, a soja enviada para China do MATOPIBA teve um recorde em 2019, e, apesar do Brasil sofrer uma queda nas exportações nesse mesmo ano, houve um crescimento significativo nas exportações dessa regional:

“O ano de 2019 representa um recorde geral dos envios de soja dos municípios dos Cerrados do Centro-Norte para a China, indo na contramão da tendência nacional: enquanto o Brasil experimentou uma queda nas exportações de quase 10 milhões de toneladas, passando de 68,5 milhões, em 2018, para 57,9 milhões, em 2019, a região ampliou as exportações em cerca de 30 %, superando as 6 milhões de toneladas.” (COMEX STAT, 2020). (FURTADO, 2020, p. 482)

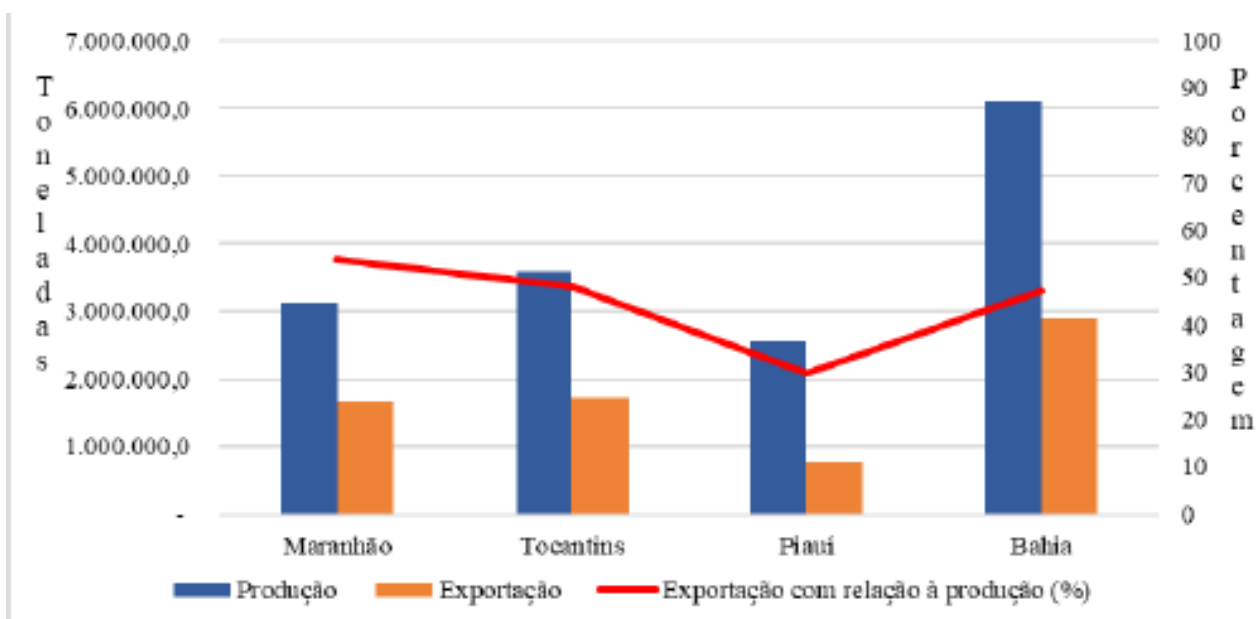
Em continuação, Lima, Débora et al (2021) afirma que:

“Duas décadas mais tarde, no ano de 2020, a soma do envio de soja dos estados do Matopiba para a China correspondeu a um pouco mais de 7 milhões de toneladas, das quais 2,8 milhões saíram da Bahia. Do montante total da comercialização de soja brasileira para o país asiático em 2020 (60,5 milhões de toneladas), o Matopiba participou com a parcela de 11,6%. [...] Entre os principais municípios da região que são vendedores de soja para o país asiático, encontram-se Luís Eduardo Magalhães (BA); Balsas e Anapurus (MA); Bom Jesus e Uruçuí (PI); e Palmas, Guaraí e Porto Nacional (TO). No total, 37 municípios pertencentes aos estados dessa área do bioma de cerrados escoam sua produção para a China. (COMEX STAT, 2021)” (LIMA, Débora et al, 2020, p. 377)

De forma resumida, em 2020, as exportações de soja provenientes da região do MATOPIBA alcançaram a marca de 7 milhões de toneladas, correspondendo a uma parcela de 11,6% das exportações totais para a China. É importante destacar que o estado que mais se destacou na produção e exportação de soja nessa região

foi a Bahia, e o total de municípios do MATOPIBA que exportaram para a China correspondeu ao total de 37. Essas informações podem ser analisadas com maior profundidade por meio do gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 8 – Produção de soja e exportações para a China nos estados do MATOPIBA em 2020²⁷



Fonte: Elaborado a partir de dados da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) e Ministério da Indústria, Comércio e Relações Exteriores, 2021. Elaborado por: LIMA, Débora et al, 2020.

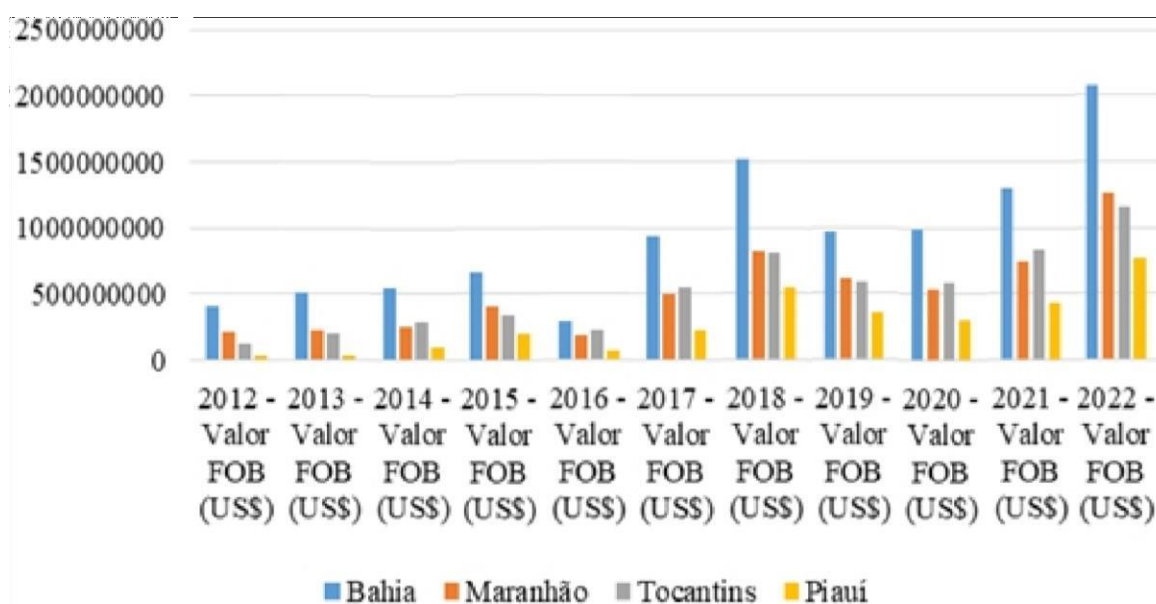
Conforme visto no gráfico 8, no ano de 2020, as exportações de soja originadas da região do MATOPIBA para a China atingiram um total de US\$2,45 bilhões de dólares. Nota-se que o estado da Bahia se destacou tanto em termos de produção quanto de exportação de soja, desempenhando um papel significativo nesse cenário. Já os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí ocuparam posições comparáveis, porém, desempenharam um papel de considerável importância no total das exportações. Esses dados significativos destacam a importância dessa

²⁷ Gráfico apresentado no texto: “O interesse das empresas chinesas no Brasil: infraestrutura, commodities e mercado de terras na Região Matopiba” de Lima, Débora et al, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2799/2136>

commodity nessa região e nas relações comerciais entre o Brasil e a China, consolidando ainda mais os laços econômicos entre esses dois países.

O gráfico a seguir traz informações adicionais à respeito das exportações de soja da região do MATOPIBA:

Gráfico 9 – Exportações de soja da regional MATOPIBA brasileira para a China (2012-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMEXSTAT, 2023.

A partir desses dados, é possível ver a evolução das exportações de soja dessa região para a China em um período mais extenso. Em 2012, o total de soja exportada desses 4 estados para o país asiático foi de aproximadamente US\$771.470.450 dólares, já em 2022 o total desses estados foi correspondente a US\$5.256.033.789 dólares, a diferença desses dois anos corresponde a US\$4.484.563.339 de dólares, resultando em um expressivo crescimento em 10 anos. Como mencionado acima, é notório o papel de liderança que o estado da Bahia possui nessas exportações, ultrapassando em 2022 a marca de mais de US\$2 bilhões de dólares exportados, em seguida, o estado do Maranhão ocupa a segunda posição, seguido por Tocantins em terceiro e Piauí em último lugar, em termos de volume exportado. É perceptível que as exportações desse período (2012-2022)

criaram consideravelmente, refletindo a importância dessa região na produção de soja para o mercado chinês.

Visto isso, o autor Martins (2019), discorre a respeito da terra se tornar uma fonte de capital e o comércio ser um regulador social:

“Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza.” (MARTINS, 1975, p. 47 apud BOECHAT, Cassio et al, 2019, p. 92).²⁸

Tendo em vista que, a busca por novas terras e recursos é motivada pela lógica do capitalismo e do mercado, assim como as decisões de produção e comercialização estão cada vez mais ligadas às dinâmicas do mercado global, incluindo a demanda da China por produtos agrícolas, como a soja. É nítido que o MATOPIBA claramente é uma fonte de capital, e essas exportações refletem a integração dessa região na economia global e a busca pelo lucro por meio da produção e venda de produtos agrícolas.

Consoante a esse notável crescimento nas exportações, é visível que tem ligação com os investimentos chineses na indústria agrícola brasileira, especialmente na questão logística dessa região, com foco no aumento da produção e com o intuito de suprir a necessidade chinesa pela commodity soja. A escritora Furtado, Paloma (2021) discorre a respeito da importância desses investimentos para esse setor:

“Conforme supracitado, a nova fase de investimentos chineses no Brasil tem como um dos focos as regiões de expansão da fronteira agrícola, como é o caso dos estados e municípios do MATOPIBA, assim como os complexos logísticos que são utilizados pelos produtores dessas áreas para o escoamento de sua produção. Ao mesmo tempo em que a China

²⁸ BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos Almeida. "Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6267>

ultrapassou Estados Unidos (em 2009) e a União Europeia (entre 2012 e 2013) e se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, notadamente na importação de commodities agropecuárias, conforme analisado em Furtado (2019), grandes empreiteiras chinesas, muitas integrantes também do setor de estatais centrais ou estratégicas, direcionam seu capital para investimentos para a construção de estrutura logística para áreas produtivas do Brasil, como no MATOPIBA e corredores logísticos da região. Tais projetos refletiram na forma de inserção da China na região do MATOPIBA com a ampliação do interesse em empreendimentos que beneficiariam diretamente o escoamento da produção e o processo produtivo, o que acabou por aumentar a presença principalmente de empreiteiras e empresas de energia e transporte chinesas na região.” (FURTADO, 2021, p. 11-14)

Dado o exposto, os autores FERREIRA, Carla et al (2012)²⁹ abordam sobre os impactos desses investimentos aos países dependentes de tecnologia e capital estrangeiro, abordando através da Teoria Marxista da Dependência³⁰:

“Observemos que, dado o desnível tecnológico existente entre os países avançados e os dependentes, os meios de produção que provêm daqueles implicam a utilização de uma tecnologia mais sofisticada do que a que existe no país dependente ou, inclusive, uma tecnologia que não existe neste. Por sua conexão com o exterior ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital estrangeiro sob a forma dinheiro e sob a forma mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na economia dependente ou as que correspondem a associações de capital interno e estrangeiro aquelas que tenham acesso mais direto à tecnologia implícita nesses meios de produção.” (FERREIRA, Carla et al, 2012, p. 12)

Diante disso, no contexto brasileiro, as contribuições chinesas para os meios de produção e logística, especialmente no setor agropecuário, são extremamente relevantes pois permite ao Brasil como um país dependente de tecnologia externa, possuir mais acesso tecnológico e, conseqüentemente, favorece o crescimento e a modernização da agricultura brasileira, trazendo conhecimentos sofisticados para a produção de soja de maneira abrangente.

Dessa forma, é notório o papel significativo da participação chinesa e seus investimentos no setor agrícola dessa região, não esquecendo de mencionar a relevância das empresas que vêm do país asiático e contribuem consideravelmente

²⁹ FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Boitempo Editorial, 2015

³⁰ Para aprofundamento dessa teoria: Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/neco/a/gMNdXfWbYrw8SGwk9Nw4Nns/?lang=pt&format=pdf>

para o desenvolvimento econômico desse campo e de vários outros setores, a fim de estimular o crescimento das exportações para o seu país e atender sua demanda. Isso não apenas assegura a manutenção da infraestrutura logística, mas também promove um constante avanço na produção e exportação da regional MATOPIBA, criando uma interdependência crescente entre os dois países, principalmente no que diz respeito à dependência chinesa pelas importações brasileiras. Portanto, deduz-se que a transformação ocorrida no território do MATOPIBA e o crescimento expressivo nas exportações foi fortemente influenciada pela China, assim como, tornou-se evidente a importância dessa região para o país que cada vez mais necessita importar a soja e outros produtos dessa região e do Brasil como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou analisar a importância do MATOPIBA nas exportações de soja, para a relação entre Brasil e China. Ficou claro que durante as últimas décadas, essa região emergiu como um pilar estratégico na produção de soja, desempenhando um papel fundamental no atendimento das crescentes demandas chinesas por esse importante produto agrícola.

Nesse contexto, investigou-se a política externa brasileira relacionada ao setor agrícola, do período de 2012 a 2022. Também foram investigadas as políticas públicas implementadas no Brasil, com foco especial no território MATOPIBA, bem como os investimentos em infraestrutura e tecnologia, tanto pelo governo brasileiro quanto pelo governo chinês e suas empresas voltadas ao agronegócio, que contribuíram para o contínuo aumento nas exportações de soja.

Além disso, esse estudo explorou os principais países que importaram esse produto, destacando a ascensão da China como principal parceira comercial do Brasil. Também examinou-se o papel das exportações de soja provenientes do MATOPIBA no fortalecimento dessa relação bilateral.

A partir do que foi abordado no capítulo 2, ficou evidente que eventos políticos internos, como os protestos de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff, afetaram a participação internacional do Brasil. Apesar da administração do governo Bolsonaro fortalecer as relações com os Estados Unidos, a tensão na guerra comercial entre EUA e China criou desafios para o país manter-se conectado com essas duas nações. Vale destacar também que, o Brasil priorizou a exportação de commodities, como a soja, devido à entrada da China na OMC em 2001, levando o país a uma “desindustrialização”, por não conseguir competir industrialmente no mercado mundial. Dessa forma, o país enfrentou um déficit na balança comercial evidenciando a necessidade de equilíbrio nas relações comerciais.

Adicionalmente, é relevante destacar que as políticas públicas voltadas para o agronegócio como o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que promove práticas sustentáveis, o Plano Safra, que oferece financiamento subsidiado para agricultores, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Apoio aos Médios Agricultores (PRONAMP), que visam apoiar agricultores de diferentes tamanhos, assim como a EMBRAPA que

investe em pesquisa e avanço tecnológico, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento desse setor, sendo fundamental para a economia brasileira.

Com base no que foi abordado no capítulo 3, observou-se que o território MATOPIBA desempenhou um papel essencial no aumento das exportações de soja do Brasil para a China. Esse aumento ocorreu devido à expansão significativa da área de cultivo de soja nessa região durante o período de 2012 a 2022, onde foi estudado desde a sua delimitação e dado por continuidade no período mencionado. Esse desenvolvimento começou na Bahia na década de 1980 e se expandiu para os estados vizinhos, com o Piauí intensificando a produção de grãos na década de 1990, e Maranhão e Tocantins potencializando sua produção em seguida. Constatou-se assim que, essa chegada massiva de agricultores e empresas favoreceram exponencialmente seu desenvolvimento econômico regional.

Além disso, contribuíram para esse crescimento o aprimoramento da infraestrutura de transporte e logística, impulsionado por investimentos chineses, aliado à sua localização estratégica em relação aos portos de exportação. De forma similar, as políticas públicas e os incentivos governamentais voltados ao desenvolvimento agrícola como o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados, e a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desenvolveu tecnologias adaptadas aos cerrados, assim como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foram determinantes.

Em acréscimo, a combinação de terras férteis para o plantio e o seu clima tropical favorável, transformou o MATOPIBA em uma das principais áreas produtoras de soja do Brasil, destacando-se nacionalmente e atraindo capitalização, exercendo assim, um papel crucial no aumento das remessas desse produto para a China.

Considerando o que foi tratado no capítulo 4, é imprescindível destacar também que a parceria estratégica e comercial entre Brasil e China no contexto dessas exportações, demonstra a interdependência econômica entre os dois países, visto que, a China cada vez mais necessita das commodities brasileiras, a fim de sustentar seu crescimento econômico e garantir o fornecimento de alimentos para

manter sua produção, assim como, essas exportações são vitais para o crescimento e manutenção da economia brasileira.

Da mesma forma, a construção da Agenda Brasil-China fundada no governo de Luís Inácio da Silva, e os demais acordos e colaborações com o país asiático, foram dados por continuidade nos governos seguintes e fortalecidos com o passar dos anos. Isso demonstra o quanto é importante essa conexão econômica entre os países citados, pois apesar dos desafios enfrentados pelo Brasil de 2009 em diante, essa colaboração continuou sustentada e ainda permanece, trazendo contínuos benefícios para ambos os países.

Focalizando no MATOPIBA, as exportações dessa regional para a China aumentaram gradualmente desde a sua delimitação, com um destaque para a Bahia como principal estado exportador. Esse desenvolvimento da agenda exportadora de soja dessa região, está fortemente ligado aos investimentos chineses na indústria agrícola brasileira, visto que empresas chinesas desempenharam um papel indispensável no desenvolvimento da infraestrutura logística na região, facilitando o escoamento da produção de soja.

Assim, conclui-se que esse estudo contribui para um entendimento mais aprofundado dessa relação entre o MATOPIBA, o Brasil e a China. Além disso, a pesquisa destaca a importância da cooperação entre os dois países, visando o desenvolvimento sustentável da agricultura e a manutenção de relações comerciais vantajosas para ambas as partes. Essas descobertas são essenciais para orientar políticas públicas, investimentos e estratégias de mercado, contribuindo para um futuro mais promissor no cenário agrícola e econômico global.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mayara Lucyanne Santos de. **Dinâmica espaço-temporal da cultura de soja na região do Mapitoba, Brasil (1990-2015)**. 2018. xvi, 68 f., il. Dissertação (Mestrado em Geociências Aplicadas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BALANÇA COMERCIAL. Disponível em:

https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html.

Acesso em: 25 ago. 2023.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O que esperar das relações Brasil-China?** Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 31-44, 2011.

BERRINGER, T., & BELASQUES, B. (2020). **As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva**. Carta Internacional, 15(3).

BRUGNERA, J. V., & DALCHIAVON, F. C. (2017). **Modal ferroviário e escoamento de soja no MATOPIBA**. Revista IPecege, 3(4), 48–56.

BIZERRA, Rafael et al. **A Logística do Mercado Brasileiro Exportador de Soja**. VII SIMPÓSIO de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2010. Acesso em 25 de Julho de 2023.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. Revista Nera, v. 22, n. 47, p. 87-122, 2019.

BOLFE. VICTÓRIA, D., CONTINI, E., BAYMA-SILVA, G., SPINELLI-ARAUJO, L., GOMES, D. **Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos**. Revista de Política Agrícola, 25, Abr. 2017. Acesso em: 02 Jul. 2023.

CAMPEÃO, P., Sanches, A. C., & Maciel, W. R. E. (2020). **Mercado Internacional de Commodities: uma análise da participação do Brasil no mercado mundial de soja entre 2008 e 2019**. *Desenvolvimento Em Questão*, 18(51), 76–92.

COMUNICADO CONJUNTO CHINESEPORT. Acesso em: 25 ago. 2023.

CRISTINO, Felipe Barreto de Lima. **A importância do complexo soja para a economia brasileira: uma análise sob o enfoque das exportações**. 2013. 40 f. TCC (graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2013.

CUNHA, Roberto César Costa; ESPÍNDOLA, Carlos José. **A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo**. *GeoTextos*. Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, vol. 11, n. 1, 2015, p. 217-238.

DALL' AGNOL. **A Soja: o fenômeno brasileiro**. Londrina: EMBRAPA, 2008.

DOS REIS, Layara Campelo et al. **Caracterização da variabilidade da precipitação no MATOPIBA, região produtora de soja**. *Revista Brasileira de Geografia Física*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 1425-1441, jun. 2020. ISSN 1984-2295.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Descrição: A missão é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação em benefício da sociedade brasileira. Acesso em: 25 ago. 2023.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Ceará: UFCE, São Paulo, v.13, n. 2, 2011, p. 153-167.7

EXPORTAÇÕES DE SOJA ATINGEM PATAMAR RECORDE. Acesso em: 25 ago. 2023.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Boitempo Editorial, 2015.

FERREIRA, Mariana Davi et al. **A cadeia produtiva da soja e a Política Externa Brasileira para a China (2003-2019)**. Revista Conjuntura Global, v.11 n.2, 2022.

FIGUEIRA, Arianne Roder. **Introdução à Análise de Política Externa** - Vol. 1. Saraiva Educação SA, 2017.

FONSECA, Carmen. **Política Externa: as relações internacionais em mudança**. In: Universidade de Coimbra, Sereer, Soluções Editoriais, 2017. Capítulo 4, p. 97-124.

FURTADO, Paloma et al. **Investimentos chineses, reestruturação produtiva e transformações no espaço agrário do bioma de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (Matopiba)**. Revista OKARA: Geografia em debate, v. 14, n. 2, João Pessoa, PB, p. 473-492, 2020. ISSN 1982-3878.

FURTADO, Paloma. **O capital chinês no espaço agrário brasileiro: novo padrão de investimentos nos cerrados do Matopiba**. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021. ISSN 2175-8875. Acesso em 05 de outubro de 2023.

GÓES, Luís Felipe Cardoso. **Modelo de otimização para a logística de exportação da soja do Matopiba**. Orientador: Harlenn dos Santos Lopes. 2018. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Industrial) – Faculdade de Engenharia Industrial, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2018.

GOVERNO FEDERAL. Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Acesso em: 25 ago. 2023.

GUITARRARA, P. **A China na fronteira agrícola brasileira: estudo de caso: MATOPIBA. Seminário Pesquisar China Contemporânea**, Campinas, SP, n. 4, p. 7–8, 2021. Acesso em 22 de setembro de 2023.

GUITARRARA, Paloma. **A parceria estratégica sino-brasileira e a inserção chinesa na região do MATOPIBA**. XI Semana de Geografia da Unicamp: Por uma geografia mestiça: América Latina no século XXI. UNICAMP, 2018.

HIRAKURI, M. H.; LAZZAROTTO, J. J. 2014. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro**. Londrina: Embrapa, 70 p.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001, 126 p. ISBN 85-273-0257-8.

LIMA, Bianca. **Análise da competitividade da soja brasileira entre 2010 e 2020**. 2022. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

LIMA, D. A.; GUITARRARA, P.; LEMOS ALVES, V. E. **O interesse das empresas chinesas no Brasil: infraestrutura, commodities e mercado de terras na Região Matopiba**. Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 373–393, 2020. DOI: 10.54446/bcg.v10i2.501.

MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência**. 1973. 43 p.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. 1867.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC): Programas e Estratégias. Acesso em: 25 ago. 2023.

MOREIRA Júnior, (2020). **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DIVERSIFICAÇÃO, REALINHAMENTO E DEPENDÊNCIA. ENTRE-LUGAR**, 11(21), 240–260.

MORESI, Eduardo et al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

MOTA, José Aroudo. **Impacto da COVID-19 nas exportações das principais commodities brasileiras**. Radar, n. 65, abril de 2021. Acesso em 12 de setembro de 2023.

NUNES, Ana et al. **A produção da soja e sua influência nas variáveis socioeconômicas da região do Matopiba**. *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, SP, v. 39, 2023. ISSN 2176-5308. Acesso em: 14 de setembro de 2023

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**. Saraiva Educação SA, 2017.

PROGRAMA 2077: Desenvolvimento Sustentável da Agricultura. Acesso em: 25 ago. 2023.

PINEGÓCIOS. Área plantada do Matopiba alcançará 8.9 milhões de hectares até 2030. Acesso em: 25 ago. 2023.

PINHEIRO, Flávio. **Poder Legislativo e Poder Executivo no América Latina**. CLACSO, Buenos Aires, 2013.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Revista de Sociologia e política, v. 18, p. 147-174, 2010.

QUINZANI, Marcia Angela. **A política externa da China para o Brasil: riscos e potencialidades (1990-2017)**. Dissertação de mestrado – UNILA, Foz do Iguaçu, 2019, p. 116-155.

SÁ, Hellen et al. **Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana**. XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CBE. CORECON-SE, 2015, p. 1-16.

SCOLESO, Fabiana. **Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0**. 1ª Edição, Lutas Anticapital. Marília-SP, 2022.

SILVA, Raimunda et al. **O cultivo da soja na região Matopiba: grandeza, desafios e oportunidades para a produção de grãos e sementes**. Revista SEEDnews, vol. XX, nº 4, 2016. Acesso em 14 de setembro de 2023.

SOARES, OLIVEIRA et al (2023). **DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS EXPORTADORES DE SOJA EM GRÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: MATOPIBA É EFICIENTE?** Revista De Economia E Agronegócio, 20(2), 1–23.

VIEIRA, Laurindo Fabian Ferreira. **O agronegócio no Brasil, uma visão geo-econômica do avanço da Commodite Soja na região do Matopiba: o caso**

Balsas-MA, a cidade do agronegócio. TCC Geografia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2019.